

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**O PERFIL DO EMPREENDEDOR SOCIAL: UMA PESQUISA DE CAMPO
REALIZADA EM 14 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA CIDADE DE
JUIZ DE FORA - MG**

BRUNO SILVEIRA DE NAZARETH

JUIZ DE FORA

2017

BRUNO SILVEIRA DE NAZARETH

**O PERFIL DO EMPREENDEDOR SOCIAL: UMA PESQUISA DE CAMPO
REALIZADA EM 14 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA CIDADE DE
JUIZ DE FORA - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Bruno Silveira de Nazareth ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Clesiane de Oliveira Carvalho

Juiz de Fora

FACC/UFJF

2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me acompanhar sempre e por ter me abençoado com esta conquista. Agradeço minha mãe, Tânia, por estar sempre presente, me apoiando e sobretudo, pela paciência e compreensão que teve comigo durante a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso. Agradeço ao meu pai, Antônio, pelos valores que me foram passados, e por se esforçar ao máximo para garantir minha educação. AMO VOCÊS!

Agradeço também toda a “Família Feliz”, avó, madrinha, padrinho, tias, tios, primos, primas e agregados, enfim a toda a minha família, que me proporcionou momentos de descontração, risadas e muita felicidade durante esta trajetória. SEMANA QUE VEM TEM CHURRASCO!

Agradeço aos meus amigos, que não aguentam mais ouvir falar em TCC, que estão perdendo minhas ausências e que mesmo assim continuam ali, para o que der e vier. ESTOU DE VOLTA! De modo especial agradeço a Bruna, Victor e Wilciléia, que acompanharam de perto todas as etapas deste trabalho, dando dicas, conselhos, me acalmando e dizendo que no fim tudo vai dar certo.

Agradeço também a UFJF, por fazer parte da minha vida durante os últimos 5 anos, foi uma grande transformação fazer parte desta instituição, de onde levarei ensinamentos para além das salas de aula, espero que não seja um adeus, mas um até breve. Agradeço também aos professores da FACC pelos ensinamentos, e de modo especial aos professores Alex dos Santos e Virgílio César, que gentilmente aceitaram ao convite para fazer parte da banca examinadora do meu TCC.

Agradeço especialmente às mulheres que tornaram possível a realização deste sonho: Raphaela Reis, minha primeira orientadora, por ter me incentivado na escolha do meu tema, me encorajando a não seguir o caminho fácil, mas sim aquele que me daria prazer, por todo carinho e atenção. Clesiane de Oliveira, minha segunda orientadora, que aceitou encarar comigo este desafio, que me motivou e me convenceu de que era possível, por toda a atenção, todas as conversas e por acreditar na minha capacidade. Se este trabalho tomou forma, devo muito a vocês. MUITO OBRIGADO!

Por fim, agradeço a pessoa que todos os dias vejo através do espelho e que muitas vezes esqueço de reconhecer o esforço e potencial. Agradeço-me e parableno-me por esta realização tão importante em minha vida.

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à minha mãe, Tânia Mara. Por estar ao meu lado nos momentos bons e ruins, me apoiando, superando cada obstáculo, sempre com sorriso no rosto e amor incondicional. Por ser minha melhor amiga e meu exemplo de pessoa.

TE AMO!

“Everything that drowns me makes me wanna fly.”

(Ryan Tedder)

“Que eu não perca o equilíbrio, mesmo sabendo
que inúmeras forças querem que eu caia.”

(Chico Xavier)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 201_.

Bruno Silveira de Nazareth

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao ____ dia do mês de _____ de _____, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de _____, discente regularmente matriculado no Bacharelado em Administração sob o número _____, intitulado _____.

Após a apresentação e conseqüente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o discente _____ (aprovado/reprovado). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Profª. Clesiane de Oliveira Carvalho
Orientadora

Prof.

Prof.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fatores da Dinâmica do Terceiro Setor	15
Figura 02 – Dimensões de Atuação do Empreendedor	31
Figura 03 – Sede do Abrigo Santa Helena e Seus Assistidos	37
Figura 04 – Creche da Aldeias Infantis S.O.S. e Seus Assistidos em Momento de Lazer	39
Figura 05 – Sede da Amigos Mãos Abertas e Seus Assistidos	40
Figura 06 – Sede do Instituto João Emílio e Seus Assistidos	41
Figura 07 – Sede da APAE em Juiz de Fora e Seus Assistidos	43
Figura 08 – Sede da Associação dos Cegos e Seus Assistidos	45
Figura 09 – Sede do CEPROM e Seus Assistidos em Festa Junina	47
Figura 10 – Sede do Educandário Carlos Chagas e Seus Assistidos	48
Figura 11 – Sede da Fundação Maria Mãe e Seus Assistidos	50
Figura 12 – Sede do Instituto Bruno e Seus Assistidos	51
Figura 13 – Sede do Instituto Casa Vida e Quadro de Fotos de Seus Assistidos	53
Figura 14 – Sede do Instituto Vitória e Seus Assistidos	54
Figura 15 – Sede da LBV e Seus Assistidos	56
Figura 16 – Sede da Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck e Seus Assistidos	57
Figura 17 – Cargo	58
Figura 18 – Sexo	59
Figura 19 – Idade	60
Figura 20 – Remuneração	61
Figura 21 – Há Quanto Tempo Você Atua na Instituição?	61
Figura 22 – Quanto Tempo Você Disponibiliza Para Trabalhar na Instituição?	62
Figura 23 – Você se Considera um Empreendedor?	63
Figura 24 – Você Conhece o Conceito de Empreendedorismo Social?	64
Figura 25 – Seu Trabalho na Instituição é Importante Para Que Ela Seja Bem-sucedida?	67
Figura 26 – Seu Trabalho na Instituição Causa Impacto Social na Comunidade em Que Está Inseririda?	68
Figura 27 – Trabalhar no Campo Social Possibilita um Crescimento Profissional?	68
Figura 28 – A Instituição em Que Você Trabalha Tem um Comportamento Ético?	69
Figura 29 – Quais as Principais Dificuldades Enfrentadas no Dia a Dia da Instituição?	70
Figura 30 – Quais São os Principais Conhecimentos Necessários Para se Trabalhar no Campo Social?	71
Figura 31 – Quais São as Principais Habilidades Necessárias Para se Trabalhar no Campo Social?	72
Figura 32 – Quais as Principais Competências Necessárias Para se Trabalhar no Campo Social?	73
Figura 33 – Quais são as Principais Posturas Necessárias Para se Trabalhar no Campo Social?	74
Figura 34 – Quais São os Requisitos Necessários Para Começar um Novo Empreendimento Social?	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Elementos Definidores do Terceiro Setor	16
Quadro 02 – Características que Distinguem o Empreendedorismo Convencional e o Empreendedorismo Social.....	27
Quadro 03 – Comparação Entre Empreendedorismo Convencional e Empreendedorismo Social	28
Quadro 04 – Visões Sobre o Conceito de Empreendedor Social.....	30
Quadro 05 – Perfil do Empreendedor Social.....	32
Quadro 06 – Motivações dos Empreendedores Sociais.....	65

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. Considerações a Respeito do Terceiro Setor	12
2.2. Considerações a Respeito do Empreendedorismo	17
2.3. Considerações a Respeito do Empreendedorismo Social	24
3. METODOLOGIA	33
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
4.1. Apresentação das Instituições	36
4.1.1. Abrigo Santa Helena	36
4.1.2. Aldeias Infantis S.O.S.	38
4.1.3. Amigos Mãos Abertas - AMA	39
4.1.4. Associação de Assistência Social Padre João Emílio – Instituto João Emílio	40
4.1.5. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	42
4.1.6. Associação dos Cegos	44
4.1.7. Centro de Promoção do Menor de Juiz de Fora - CEPROM	46
4.1.8. Educandário Carlos Chagas	47
4.1.9. Fundação Maria Mãe – Obra dos Pequeninos de Jesus	49
4.1.10. Instituto Bruno	50
4.1.11. Instituto Casa Vida	52
4.1.12. Instituto Vitória	53
4.1.13. Legião da Boa Vontade - LBV	55
4.1.14. Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck	56
4.2. Análise dos Resultados	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	83
Apêndice A - Questionário	84

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, frente à diminuição de investimentos públicos no campo social no Brasil, é notório o crescimento das preocupações referentes a esta área, sejam elas vindas de empresas, organizações sem fins lucrativos ou da própria sociedade civil. Sendo assim, acontece atualmente um grande desenvolvimento do Terceiro Setor, das organizações sem fins lucrativos, bem como das iniciativas de empreendedorismo social.

Se perguntarmos às pessoas nas ruas qual ideia elas têm sobre o conceito de empreendedorismo, muitas vão dizer que o empreendedorismo acontece quando alguém resolve montar o próprio negócio, essa não é uma ideia errada, porém, não se trata apenas disso. O indivíduo empreendedor pode, através de suas características, gerar mudanças em outros contextos. Quando o mesmo utiliza estas características para gerar impactos sociais, é que surge o empreendedorismo social.

Rosolen, Tiscoski e Comini (2014), realizaram uma pesquisa bibliométrica com o intuito de mapear a produção científica em relação ao empreendedorismo social, entre os anos de 1997 e 2012. Como resultado deste estudo, os autores apontam que no Brasil, apenas 17 pesquisas nessa temática foram encontradas nas bases que foram consultadas (*Scientific Electronic Library Online* - SciELO, Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD e *Scientific Periodicals Electronic Library* - Spell), o que indica o desenvolvimento inicial do campo no âmbito da academia brasileira.

Apesar de se tratar de uma corrente recente na atual configuração e isso ainda gerar certa confusão em relação ao seu significado, são cada vez mais comuns as preocupações com esta temática. Tendo em vista a importância do empreendedor social nesse contexto, este estudo tem como problema norteador a seguinte questão de pesquisa: Qual o perfil dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG? Considerando o problema norteador da presente pesquisa, definiu-se que a hipótese considerada como ponto de partida e possível perfil destes empreendedores, é o perfil traçado por Oliveira (2004), que se baseia em conhecimentos, habilidades, competências e posturas.

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é descrever o perfil dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora – MG. Adicionalmente, passou-se pelos seguintes objetivos específicos: identificar as características dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG; entender as motivações que levaram os empreendedores sociais a atuarem em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG; identificar com base no perfil traçado, oportunidades de

desenvolvimento individual dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG.

Nesse sentido, este trabalho se torna importante pois, se trata de uma oportunidade de tratar de um tema academicamente pouco explorado, porém de grande relevância no contexto atual. Além disso, ao se considerar a importância do empreendedor social em todo este contexto que ainda está em desenvolvimento, abordar o perfil destes indivíduos pode trazer benefícios para outros empreendedores e até mesmo para as instituições em que atuam.

Visando atingir os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa descritiva, buscando expor as características dos empreendedores sociais que atuam nas instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG. Os meios utilizados para realizar esta pesquisa foram uma análise documental, visando realizar uma apresentação das instituições em que foi realizado o estudo, bem como uma pesquisa de campo realizada no local onde os empreendedores sociais atuam e com os mesmos, buscando elementos para descrever seu perfil.

O estudo foi realizado nas seguintes instituições: Abrigo Santa Helena; Aldeias Infantis S.O.S.; AMA JF; APAE; Associação dos Cegos; CEPROM; Educandário Carlos Chagas; Fundação Maria Mãe; Instituto Bruno; Instituto Casa Vida; Instituto Padre João Emílio; Instituto Vitória; LBV; Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck.

Foi aplicado um questionário com empreendedores sociais destas instituições, o mesmo foi composto por 16 perguntas, sendo 7 fechadas (onde o respondente poderia escolher apenas uma alternativa), 6 mistas (onde poderia escolher quantas alternativas desejasse e sugerir outras respostas), 2 abertas (onde o respondente ficou livre para escrever sua resposta de forma descritiva) e 1 questão onde o respondente indicou seu nível de concordância em relação a 4 afirmações.

O presente estudo foi estruturado da seguinte forma: Capítulo 1 – Introdução, seguida do Capítulo 2 – Referencial Teórico, onde é feita uma revisão da literatura, sendo composto por 3 subdivisões, onde são feitas considerações a respeito do terceiro setor, do empreendedorismo e do empreendedorismo social. Posteriormente, no Capítulo 3 – Metodologia, são definidos os procedimentos metodológicos realizados para que fosse possível alcançar os objetivos propostos. Em seguida, o Capítulo 4 – Apresentação e Análise dos Dados, é composto por duas subdivisões, onde primeiramente é feita uma apresentação das 14 instituições onde foram aplicados os questionários, e posteriormente, a análise dos resultados obtidos. Por fim, no Capítulo 5 – Considerações Finais, são apresentadas as conclusões a respeito deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que seja possível descrever qual o perfil dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG, se faz necessário contextualizar esse indivíduo em relação ao meio no qual está inserido. Por este motivo, o presente capítulo irá realizar considerações a respeito do terceiro setor, do empreendedorismo e do empreendedorismo social.

2.1. Considerações a Respeito do Terceiro Setor

Compreender a conceituação e a dinâmica do Terceiro Setor é de suma importância para entender o papel do empreendedor social neste contexto, tendo em vista que este é o principal local de atuação do mesmo. Por este motivo, esse tópico irá abordar a respeito da evolução do termo, seus possíveis significados, características, a dinâmica do mesmo e sua regulação.

O segmento que inclui as instituições sem fins lucrativos, é denominado Terceiro Setor, este sempre se localizou em uma zona de baixa precisão conceitual, seja ele visto pela ótica das teorias econômicas ou das teorias organizacionais. (FISCHER; FALCONER, 1998)

Para Melo Neto e Froes (2001), uma mudança radical nas relações entre o Estado, as empresas e a sociedade civil se deu quando movimentos sociais, ONG's, igrejas e cidadãos passaram a se mobilizar. Com isso, surgiram outras instituições sociais para que pudessem atuar nessa nova ordem social, como entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, organizações sociais, agências de desenvolvimento social, fundações e instituições sociais de empresas. Tais entidades, juntamente com o Estado e a sociedade civil, constituem o Terceiro Setor.

Segundo Junqueira (2004), o Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, organizações estas que podem ser consideradas organizações públicas privadas, pois não estão voltadas para a obtenção de lucro, mas sim para a realização de interesses públicos, porém, desvinculadas do Estado. Melo Neto e Froes (2001, p. 18), afirmam que: “As principais características do Terceiro Setor são a natureza específica de suas ações, de caráter filantrópico e de investimentos em programas e projetos sociais, e o alto grau de diversidade das entidades que dele fazem parte”.

De acordo com Fernandes (1997), a expressão “Terceiro Setor” foi traduzida do inglês “*Third Sector*” e costuma ser usada paralelamente a outras expressões ao redor do mundo. Nos Estados Unidos é utilizada juntamente com “organizações sem fins lucrativos” e “organizações voluntárias”, a Inglaterra utiliza uma terminologia mais antiga, que remete à época medieval,

ao fazer uso de “caridade”, “filantropia” e “mecenato”, já na Europa continental, existe o predomínio da expressão “organizações não-governamentais” e na América Latina fala-se em “sociedade civil” e sua organização. Segundo Melo Neto e Froes (2001, p. 5): “A definição de Terceiro Setor surgiu já na primeira metade do século, nos Estados Unidos. Ele seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral”.

De acordo com Cruz (2007), por todo o mundo vêm surgindo várias iniciativas da sociedade civil com o objetivo de solucionar problemas sociais esquecidos ou inacabados pelo Estado. Tal movimento estimula também as empresas a destinarem seus esforços para o desenvolvimento de produtos e serviços ecologicamente e socialmente corretos, bem como a investir mais na área social, através da criação de institutos e parcerias. Para Salamon (1998), as atividades voluntárias organizadas e a criação de organizações privadas sem fins lucrativos vêm crescendo mundialmente. As pessoas estão cada vez mais, formando associações, fundações e instituições similares com o objetivo de prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis, dentre outros objetivos da sociedade ainda não atendidos.

Apesar de as organizações sem fins lucrativos já estarem estabelecidas nos países desenvolvidos, no Brasil esse movimento é mais recente. Seu início foi com ONG’s voltadas para a defesa ambiental e de minorias, na década de 70 e vem se ampliando após a Constituição de 1988, quando o foco deixou de ser apenas a satisfação de necessidades básicas, para a garantia dos direitos sociais. (JUNQUEIRA, 2004)

As pressões para a ampliação do Terceiro Setor vêm de três origens: de baixo, através de pessoas que decidem se organizar e tomar para si a responsabilidade pela busca de seus direitos básicos e busca por melhoria de suas condições; de fora, através de igrejas, agências oficiais de apoio ao desenvolvimento e organizações voluntárias de países desenvolvidos; de cima; através de políticas de governos que apoiam o Terceiro Setor. (SALAMON, 1998)

Melo Neto e Froes (2001), apontam as principais causas para o crescimento do Terceiro Setor: aumento das necessidades socioeconômicas, políticas sociais tradicionais que não cumprem seu papel, aumento do voluntariado, crise do setor público, aumento da degradação ambiental, colapso do socialismo (especificamente na Europa), aumento da violência, crescimento das organizações religiosas, aumento da adesão das classes média e alta a iniciativas sociais, promoção do Terceiro Setor pela mídia, mais recursos financeiros sendo canalizados para projetos sociais, aumento do número de empresas-cidadãs. Para Fischer e Falconer (1998), o crescimento do Terceiro Setor tornou ainda mais complexa a missão de

definir e caracterizar as organizações que o compõem. Isso se deve ao fato de que no mesmo leque de entidades que o constituem, pode-se encontrar empresas de grande porte e rentabilidade, que optaram por assumir a forma jurídica legal de fundações, afim de encontrar uma forma lícita de se protegerem de exigências fiscais e tributárias ao lado de associações comunitárias que defendem interesses sociais ou prestam serviços públicos.

De acordo com Salamon (1998, p. 6):

Organizações sem fins lucrativos são incrivelmente diversificadas e analisar seu acelerado crescimento no âmbito mundial não é tarefa fácil. A falta de dados sistemáticos, as variações terminológicas e a grande gama de papéis que desempenham tornam essas organizações difíceis de serem identificadas em cada lugar, dos inúmeros em que elas vêm emergindo. [...] Devido a esses problemas, é difícil saber se o crescimento presente é, de fato, novo ou simplesmente a redescoberta de um setor longamente ignorado.

No Brasil e no mundo passaram a surgir organizações que reivindicam funções e identidades diferentes das estatais e das privadas, o que foi de encontro à dicotomia público/privado presente no Direito brasileiro. Sendo assim, novas leis foram criadas para regular a relação do poder público com essas novas organizações. (COELHO, 2012)

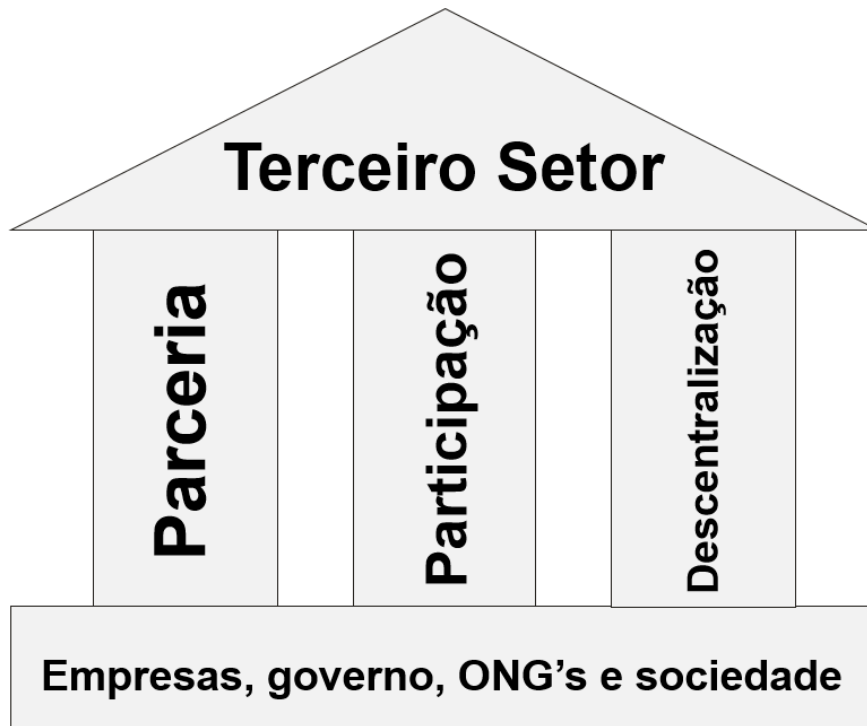
Desta forma, ainda de acordo com Coelho (2012, p. 68-69):

Em 1998, seria promulgada a Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998, qualificando como Organizações Sociais (OSs) as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujas atividades fossem dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

No ano seguinte, a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, iria ainda qualificar pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), habilitando-as a receber recursos públicos com a finalidade de promover: assistência social; cultura; defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação e saúde gratuitas; segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; estudos e pesquisas.

Com base nas ideias de Melo Neto e Froes (2001), a Figura 01 foi elaborada com o objetivo de facilitar o entendimento da dinâmica existente no Terceiro Setor.

Figura 01 – Fatores da Dinâmica do Terceiro Setor



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Como é mostrado na Figura 01, os 3 pilares que sustentam o Terceiro setor são: parceria (soma de esforços entre empresas, governo, ONG's e sociedade civil), participação (envolvimento direto da sociedade civil na identificação dos problemas e na gestão dos projetos) e descentralização (desenvolvimento de projetos sociais locais). (MELO NETO; FROES, 2001)

Nesse contexto, as organizações sem fins lucrativos se apresentam como uma alternativa mais eficaz para a gestão das políticas sociais. O Estado transfere algumas de suas competências para estas organizações, que passam a complementar a atuação do Estado no que diz respeito às ações sociais. Desta forma, a sociedade civil assume um papel mais ativo na construção da cidadania, contribuindo para que suas demandas sociais sejam atendidas. (JUNQUEIRA, 2004)

Melo Neto e Froes (2001), afirmam que o Terceiro Setor é composto pelos seguintes segmentos de atuação: cultura e recreação, moradia, assistência social, alimentação e nutrição, educação, saneamento, saúde, segurança, desenvolvimento e defesa dos direitos, trabalho, religião, emprego e renda, ambientalismo, reforma agrária e previdência social. Apontando os serviços sociais, a cultura e recreação, a saúde e a educação como os mais relevantes.

Fernandes (1997), apresenta quatro razões principais para o agrupamento dos componentes do Terceiro Setor sob essa definição, pois ela: faz contraponto às ações do

governo; faz contraponto às ações do mercado; empresta um sentido maior aos elementos que a compõe; projeta uma visão integradora da vida pública. Fischer e Falconer (1998), por outro lado, ressaltam que algumas organizações preferem dar maior ênfase em sua identidade própria, isso acontece principalmente em organizações políticas e religiosas, com fortes raízes ideológicas, por um temor de que seus valores e diretrizes norteadoras sejam diluídos se agregadas a outras instituições sob um conceito geral.

Apesar de haver um consenso sobre a importância do Terceiro Setor, os desafios enfrentados pelos três setores afim de garantir a eficiência neste novo arranjo são cada vez maiores. Tais desafios se constituem em: redefinir suas funções tradicionais, adequação de conformações jurídicas, melhoria na capacitação, busca de transparência, eficiência, qualidade de resultados, obtenção de reconhecimento junto à sociedade. (MADEIRA; BIANCARDI, 2003)

O Quadro 01 apresenta os elementos definidores do Terceiro Setor, de acordo com o exposto por Melo Neto e Froes (2001).

Quadro 01 – Elementos Definidores do Terceiro Setor

ELEMENTOS DEFINIDORES	DESCRIÇÃO
FOCO	Bem-estar público e interesse comum.
QUESTÕES CENTRAIS	Pobreza, desigualdade e exclusão social.
ENTIDADES PARTICIPANTES	Empresas privadas, Estado, ONG's e sociedade civil.
NÍVEL DE ATUAÇÃO	Comunitário e de base.
TIPOS DE AÇÕES	Ações de caráter público e privado, associativas e voluntaristas.

Fonte: Melo Neto e Froes (2001, p. 8)

Conforme apresentado no Quadro 01, Melo Neto e Froes (2001), apontam para o surgimento de um novo modelo de atuação na área social, onde as seguintes características prevalecerão: ênfase em projetos e ações locais, grande participação de membros da comunidade como voluntários, formas participativas de gestão, participação de vários atores nas ações sociais, atuação conjunta entre empresas, governo, ONG's e sociedade civil e foco nas ações de combate à pobreza.

Em resumo, pode-se dizer que o Terceiro Setor é composto pelas organizações sem fins lucrativos, mantidas com base principalmente no voluntariado, porém não apenas nele. Tais organizações se encontram em um âmbito não-governamental e praticam a caridade, filantropia e mecenato, incorporando o conceito de cidadania para que seja possível expandir estas práticas até as diversas veredas da sociedade civil. (FERNANDES, 1997)

Salamon (1998) ressalta que, apesar das grandes expectativas que são postas sobre o Terceiro Setor, ainda não se sabe se este setor será capaz de reagir às oportunidades que vêm surgindo, devido às pressões exercidas sobre o mesmo, seja interna ou externamente e às percepções errôneas a seu respeito, que acabam dificultando a superação dos desafios que enfrenta. Para Lopes (2004), apesar da grande importância que o Terceiro Setor tem nos dias atuais, ele ainda não corresponde à totalidade das expectativas sociais colocadas na esperança da criação de uma esfera pública ampliada e efetiva.

2.2. Considerações a Respeito do Empreendedorismo

Para que seja possível entender o conceito de empreendedorismo social e como o empreendedor social atua neste contexto, antes, é necessário que seja esclarecido do que se trata o empreendedorismo quando considerado em sua origem. Se perguntarmos às pessoas nas ruas qual ideia elas têm sobre o conceito de empreendedorismo, muitas vão dizer que empreender é “montar o próprio negócio”, essa não é uma ideia errada, porém, não se trata apenas disso. Esse tópico irá abordar a evolução do conceito de empreendedorismo, seus possíveis significados, um panorama do empreendedorismo na atualidade, bem como o papel desempenhado pelo empreendedor no contexto do empreendedorismo.

Em muitos estudos sobre empreendedorismo, percebe-se que não há um consenso entre os autores no que diz respeito à definição deste termo. Os estudiosos apontam que possivelmente, essa dificuldade para definição é decorrente de concepções errôneas postuladas principalmente, pela mídia e pelo senso comum, distorcendo tal conceito. (FARAH; CAVALCANTI; MARCONDES, 2008)

Segundo Silva (2015), ao analisar a palavra *entrepreneurship*, que por sua vez deriva-se do francês *entreprendre*, empreendedorismo significa se comprometer a fazer ou começar algo, é a força do fazer acontecer, sendo o empreendedor aquele que consegue realizar resultados concretos em qualquer atividade. De acordo com Tsufa (2009), para que o empreendedorismo aconteça e consiga realizar as mudanças pretendidas, é necessário que o empreendedor entre em ação. A palavra *entrepreneur*, surgiu na França por volta do século XVIII e era comumente utilizada para fazer referência a pessoas ousadas, estimuladoras do progresso econômico através de seu modo inovador de pensar e agir.

Porém, vale ressaltar, que conforme destacado por Carlos J. Malferrari (tradutor do livro de Peter Drucker, *Inovação e Espírito Empreendedor* – 1986) em sua nota de esclarecimento no início do livro, problemas para a definição dos termos *entrepreneur* e *entrepreneurship*

acontecem seja em francês, inglês, alemão e até mesmo em português. Malferrari aponta então possíveis traduções para *entrepreneur*, que pode ser encontrado como empresário ou empreendedor, e para *entrepreneurship* que pode ser encontrado como espírito empreendedor, empreendimento ou empreendedorismo.

De acordo com Tsufa (2009), ao abordar o conceito de empreendedorismo, pode-se dizer que existe uma concordância entre os pesquisadores de que este surgiu na economia, sendo Joseph Schumpeter apontado como seu popularizador. Para Farah, Cavalcanti e Marcondes (2008), os pioneiros quando se trata de empreendedorismo, foram Cantillon (1755) e Say (1803).

Schumpeter (1982), afirma que anteriormente não era possível distinguir o empresário [empreendedor] do capitalista, pois nos tempos mais antigos o empresário [empreendedor] além de ser o capitalista, era também seu próprio perito técnico, agente de compras e vendas, chefe de escritório, diretor de pessoal e até mesmo consultor legal. Isso ainda acontece na atualidade em estabelecimentos menores, porém essa distinção vem sendo facilitada.

Conforme Schumpeter (1982), a função do empresário [empreendedor] é realizar o empreendimento [empreendedorismo], que por sua vez, é a realização de combinações novas e pode ser considerado o principal fenômeno do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento, é definido pela realização dessas novas combinações, sejam elas a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem, introdução de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

De modo geral, Schumpeter defendia que a economia só se mantém em funcionamento, deixando o equilíbrio para buscar um processo de expansão, através da revolução de sua estrutura, da inovação. Por este motivo o conceito de empreendedorismo ficou associado à ideia de criação e inovação, seja fazendo algo novo ou reinventando a forma de se fazer algo. (TSUFA, 2009)

O projeto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), tem como objetivo compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico dos países. Esse modelo entende como empreendedorismo qualquer tentativa de se criar um novo empreendimento, seja uma nova empresa, atividade autônoma, uma expansão de algo que já exista, etc. Vale destacar que o foco do projeto é o empreendedor tratado como indivíduo, mais do que o empreendimento por si só. (GEM, 2016)

De acordo com Hisrich e Peters (2004), o empreendedorismo consiste em dedicar tempo e esforço para se criar algo novo, assumindo todo o tipo de risco dessa ação e sendo recompensado através da satisfação e independência conquistadas. Segundo Dornelas (2001), o empreendedorismo é uma consequência das mudanças tecnológicas, que acontecem com cada vez mais rapidez, sendo considerado não um modismo, mas o combustível necessário para o desenvolvimento econômico, criando empregos e trazendo prosperidade.

De Klerk e Kruger (2002, tradução nossa) buscaram definir empreendedorismo através de algumas características que consideram como relevantes e substanciais para a delimitação do tema. Na visão dos autores, o empreendedorismo é determinado por características como: inovação e criatividade, capacidade de identificar uma oportunidade, capacidade de assumir riscos, capacidade de captar recursos, capacidade de gerenciar o negócio.

Hisrich e Peters (2004, p.29) afirmam ainda que:

Em quase todas as definições de empreendedorismo, há um consenso de que estamos falando de uma espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa, (2) organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos a fim de transformar recursos e situações para proveito prático, (3) aceitar o risco ou o fracasso.

Existem alguns motivos que levam o indivíduo a optar pelo empreendedorismo, sendo os principais: o desejo de levar suas ideias adiante, fugindo da rotina; a oportunidade de ser seu próprio patrão; a vontade de ganhar mais dinheiro; a oportunidade de provar a si próprio e aos outros de que é capaz de realizar um empreendimento; o desejo de fazer algo que seja benéfico tanto para si, quanto para a sociedade na qual está inserido. Uma vez que a geração de novos negócios está diretamente ligada à prosperidade das nações, há um crescente interesse pelo estudo da temática do empreendedorismo, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Essa prosperidade é alcançada através da ação empreendedora, ação pela qual o empreendedor assume os riscos necessários para que seja possível gerar mais riqueza. (FARAH; CAVALCANTI; MARCONDES, 2008)

Em países capitalistas, como os estados Unidos por exemplo, o empreendedorismo não se trata de uma novidade, o termo *entrepreneurship* é estudado e reverenciado há muitos anos. No Brasil por outro lado, o movimento empreendedor teve início na década de 1990, quando entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTEX) foram criadas. O crescimento da popularidade do empreendedorismo no Brasil se deve ao maior incentivo para a criação de pequenas empresas duradouras, à necessidade de se reduzir o número de empresas com um

curto ciclo de vida, bem como, à maior atenção por parte das entidades de classe e governo. (DORNELAS, 2001)

Segundo Dornelas (2001), estamos vivendo a era do empreendedorismo, pois os empreendedores estão intimamente ligados a situações contemporâneas como por exemplo, a criação de novas relações de trabalho e novos empregos, a geração de riqueza para a sociedade, a eliminação de barreiras culturais e comerciais, a quebra de paradigmas, a globalização e renovação de conceitos econômicos.

No contexto atual em que se encontra o empreendedorismo, deve-se dar destaque à necessidade de comportamento ético do empreendedor, a como o mesmo julga o que é certo, apropriado, legítimo e justo. Na maioria das questões éticas, os empreendedores buscam manter um equilíbrio entre o desempenho econômico e o social. Os principais fatores que poderiam levar os empreendedores a agir de modo ilegal ou sem ética são: pouca comunicação interna; horas de trabalho, carga horária; necessidade de atingir metas; política empresarial; recursos insuficientes; confronto entre trabalho e família; liderança insuficiente; falta de apoio administrativo; falta de reconhecimento; problemas financeiros. (HISRICH; PETERS, 2004)

Os empreendedores podem ter dois tipos de motivação ao iniciar um novo empreendimento: a necessidade e a oportunidade. Os que empreendem por necessidade são aqueles que não possuem melhores alternativas de emprego, que criam o empreendimento como uma forma de suprir as próprias necessidades e as de seus familiares. Já os que empreendem por oportunidade, são aqueles que apesar de possuírem alternativas de emprego e renda, resolvem empreender ao identificar uma chance ou nicho de mercado. No Brasil, no ano de 2016, a cada 100 empreendedores, 57 resolveram empreender por oportunidade, o que representa uma pequena melhora em relação ao ano anterior, quando esse número era de 56 empreendedores. (GEM, 2016)

O empreendedorismo se apresenta também, como uma forma de inclusão da mulher no mercado de trabalho, demonstrando a consolidação da mesma no contexto econômico atual. Fatores como a precariedade de acesso ao emprego, identidade cada vez mais voltada para o trabalho e o crescimento do número de mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias, contribuem para que a mulher aumente cada vez mais sua participação no empreendedorismo. (LEITE, 2011)

De acordo com Hisrich e Peters (2004), as mulheres iniciam novos empreendimentos três vezes mais do que os homens, sendo responsáveis pela criação de mais de 70% dos novos negócios. Porém, tal fato não é confirmado pela pesquisa GEM realizada em 2016, que aponta uma pequena vantagem feminina no que diz respeito ao empreendedorismo inicial, com 51,5%

de participação, para 48,5% de participação masculina. A igualdade de gênero diminui ao analisar a participação de homens e mulheres em empreendimentos estabelecidos (aqueles que estão em funcionamento há mais de 3,5 anos), neste caso, 57,3% são homens e 42,7% são mulheres. (GEM, 2016)

De acordo com a análise feita pela pesquisa GEM (2016) em relação aos dados apresentados anteriormente, eles apontam que apesar de atualmente mulheres conseguirem criar novos negócios na mesma proporção que homens, enfrentam mais dificuldades para fazer com que eles prosperem. Algumas causas são apontadas pelas empreendedoras: menor credibilidade pelo fato de os homens serem mais facilmente relacionados a ideia de negócios; dificuldade de financiamento; dificuldade de conciliação entre demandas da família e do empreendimento; e preconceito de gênero. Leite (2011), corrobora com tais suposições, ao afirmar que: “A liderança feminina traz ainda em seu contexto as marcas das desigualdades de gênero, seja no que diz respeito ao preconceito e desvalorização de alguns tipos de trabalho feminino, seja na sexualização ou gendramento das atividades”.

Hisrich e Peters (2004) afirmam que a maior parte dos empreendedores iniciam suas carreiras entre os 22 e os 45 anos, pois é nessa faixa etária que conseguem atingir alguns requisitos para comandar um novo empreendimento com sucesso, como por exemplo, experiência, apoio financeiro e energia. Ressaltando ainda, que o início precoce se apresenta como uma melhor opção do que o tardio. Dados coletados pela pesquisa GEM em 2016 confirmam esta afirmação, pois mostram que no Brasil, 53,2% dos empreendedores iniciais têm entre 25 e 44 anos, e apenas 10,4% têm entre 55 e 64 anos. No que diz respeito aos empreendimentos estabelecidos (aqueles que estão em funcionamento há mais de 3,5 anos), há uma inversão, pois 75,8% dos indivíduos têm entre 35 e 64 anos e aqueles entre 18 e 24 anos são apenas 6,2%. (GEM, 2016)

As definições de empreendedorismo e empreendedor podem por vezes se misturar, pois estão intimamente interligadas. Entretanto, vale ressaltar que o empreendedorismo é uma ação e empreendedor é o indivíduo que pratica esta ação. Esta relação é exemplificada por Tsufa (2009, p. 19), através da seguinte analogia:

Se, por exemplo, estabelecermos uma analogia desse tema com uma tesoura, considerando que uma de suas pontas seja o empreendedor e a outra o empreendedorismo, caberá a seguinte pergunta: qual das duas pontas trabalha melhor? A resposta será que uma não funciona sem a outra. Não há empreendedor sem realização empreendedora, e não há ação empreendedora sem agente empreendedor.

No atual mercado globalizado, o perfil do empreendedor é muito importante para que as empresas obtenham sucesso. Por este motivo, estudos recentes apontam a necessidade de tratar sobre esse tema (empreendedorismo e as características do empreendedor) com mais profundidade. Como justificativa para tal interesse, têm-se os fatos de que além da importância econômica e social citada anteriormente, estudos demonstram que no caso de indivíduos que se mostram predispostos, a aptidão empreendedora pode ser aprendida e moldada, possibilitando assim, que as empresas consigam extrair mais do que o empreendedor pode oferecer. (FARAH; CAVALCANTI; MARCONDES, 2008)

Para Dornelas (2005, p.15), “O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”. Ainda de acordo com Dornelas (2005, p.19): “Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado”. Tachizawa e Faria (2007, p. 26), referendam tal afirmação ao citar que: “empreendedores são pessoas que fazem diferença, realizam, que fazem acontecer, que desenvolvem sua capacidade de superar limites”. De acordo com Drucker (1986, p. 37): “O empreendedor, por definição, transfere recursos de áreas de baixa produtividade e rendimento para áreas de produtividade e rendimento mais elevados”. Segundo Farah, Cavalcanti e Marcondes (2008, p.2), “Ainda que não exista um consenso para a exata definição de empreendedores, de forma geral, esses indivíduos são vistos como pessoas ativas, arrojadas, dispostas a colaborar”.

Dornelas (2001), aponta as seguintes características dos empreendedores: são visionários, fazem a diferença, exploram ao máximo as oportunidades, sabem tomar decisões, são dedicados, determinados e dinâmicos, são otimistas e apaixonados pelo que fazem, têm um bom *network*, são organizados, são líderes e formadores de equipes, encaram a riqueza como consequência do sucesso dos negócios, são independentes e constroem o próprio destino, planejam cada passo de suas ações, criam valor para a sociedade, possuem conhecimento, assumem riscos calculados.

De acordo com Schumpeter (1982), empresário [empreendedor] não é apenas o homem de negócios “independente” que se encontra em uma economia de trocas, mas todos que têm a função de realizar novas combinações, mesmo que sejam empregados “dependentes” de uma companhia ou até se possuírem o controle da maioria das ações, não é necessário também, que estejam permanentemente vinculados a uma empresa individual. O conceito de empresário [empreendedor] proposto por Schumpeter (1982), não inclui todos os dirigentes de empresas, gerentes ou industriais que operam um negócio estabelecido. Logo, não sendo o empreendedor

aquele que corre riscos, recaindo estes sobre os proprietários dos meios de produção e do capital.

O empreendedor não é aquele que provoca a mudança, porém está sempre buscando a mudança, reagindo a ela, a explorando como uma oportunidade, tratando a mesma como uma norma e a encarando de forma sadia, sendo isso aquilo que define o empreendedor e o empreendimento. (DRUCKER, 1986)

Estudos promovidos por renomadas instituições identificaram características comportamentais dos empreendedores, e assim, desenvolveram treinamentos para que estas características sejam estimuladas e adquiridas. Essas características são: capacidade de assumir riscos calculados, aproveitar oportunidades, tendo iniciativa e força de vontade, busca de informações e conhecimento do ramo empresarial, planejamento e senso de organização, liderança, comprometimento pessoal e otimismo, persistência e espírito empreendedor, autoconfiança e independência pessoal. Uma pessoa dificilmente terá todas estas características, o que não quer dizer que não possa as desenvolver, buscando um melhor desempenho. (FARAH; CAVALCANTI; MARCONDES, 2008)

Desta forma, percebe-se que o empreendedor é de suma importância para que ocorram mudanças no *modus operandi*. Ao contrário do que muitos pensam, esta pessoa não necessariamente tem que ser a detentora do capital, mas deve ser um agente que consegue mobilizar este capital na inovação a ser implementada. (LEITE, 2011)

Vale ressaltar ainda, que existe uma tendência à mitificação da figura do empreendedor, demonstrando apenas suas características positivas, sem considerar os problemas e dificuldades pelas quais ele passa, como demonstrado por Gerber (2004, p.8):

Basta imaginar o típico empreendedor para que imagens hercúleas surjam no pensamento: um homem ou uma mulher só, enfrentando os elementos da natureza, desafiando bravamente as adversidades insuperáveis, escalando uma montanha escarpada e traiçoeira [...]. Essa lenda tem um ranço de nobreza, arrogância e esforço sobre-humano de um compromisso prodigioso com ideais maiores que a vida. Bem, quanto à existência de tais pessoas, minha experiência me diz que são raras; dos milhares de empresários que tive a oportunidade de conhecer [...] poucos eram verdadeiros empreendedores quando os conheci. Essa imagem se dissipou na maioria deles e o entusiasmo pela escalada se tornou fobia de altura [...] o empreendedor só existiu por um momento, um instante fugaz; depois, ele se foi e, na maioria dos casos, para sempre.

Drucker (1986, p. 29) afirma ainda que: “Na verdade, os empreendedores constituem a minoria dentre as pequenas empresas”.

De acordo com Dornelas (2001), qualquer definição de empreendedor contempla pelo menos os seguintes aspectos: a iniciativa e paixão pelo que faz, a utilização dos recursos disponíveis de forma criativa e a aceitação dos riscos e possibilidade de fracasso.

Em resumo, as definições de empreendedor dividem os autores em três níveis de preocupação no que diz respeito à identificação deste indivíduo. O primeiro nível se refere ao segmento da sociedade o empreendedor irá atuar (alguns autores defendem que o mesmo atua exclusivamente na economia, outros acreditam que o mesmo pode e deve se voltar para outras áreas da sociedade [visão adotada no presente trabalho]). O segundo nível diz respeito ao perfil do empreendedor [objeto de estudo do presente trabalho]. O terceiro trata do raio de influência que o empreendedor terá na sociedade em que está inserido. (FARAH; CAVALCANTI; MARCONDES, 2008)

Embora o conceito de empreendedorismo seja intimamente ligado ao pensamento econômico, onde Schumpeter é tido como referencial, as atitudes empreendedoras não têm data específica. Tais atitudes podem ser percebidas por exemplo, através da concepção de grandes obras em um passado longínquo (como as pirâmides no Egito e as muralhas da China) e suas posteriores realizações, corroborando com a ideia de que não há ação empreendedora sem agente empreendedor. Sendo assim, têm-se que essas atitudes fazem parte da existência humana e vêm à tona quando o homem é posto à prova em determinadas situações. Tal fato, possibilita pensar o empreendedorismo aplicado a outros contextos [campo social, por exemplo], que não necessariamente o contexto econômico no qual foi concebido. (TSUFA, 2009)

2.3. Considerações a Respeito do Empreendedorismo Social

Para que se possa descrever o perfil do empreendedor social, é preciso contextualizar este indivíduo à sua principal forma de atuação. Por este motivo, este tópico irá abordar a evolução do conceito de empreendedorismo social, seus possíveis significados, algumas comparações entre o empreendedorismo social e o empreendedorismo tradicional, um panorama do empreendedorismo social na atualidade, bem como o papel desempenhado pelo empreendedor social neste contexto.

Ao se tratar de empreendedorismo, é comum a ligação do termo com pessoas que montam um novo negócio próprio, porém esta é apenas uma forma que a ação empreendedora pode assumir. O indivíduo empreendedor pode, através de suas características, gerar mudanças em outros contextos. Quando o mesmo utiliza estas características para gerar impactos sociais, é que surge o empreendedorismo social. (CRUZ, 2007)

De acordo com Cruz (2007), o empreendedorismo social ainda precisa de uma definição mais precisa, que delimite este conceito de acordo com sua importância dentro do contexto de uma sociedade. A autora aponta ainda, que ainda existe uma pequena quantidade de material bibliográfico que trate o empreendedorismo social cientificamente, porém, que estão sendo desenvolvidas novas pesquisas que objetivam dar a importância devida a este tema. Tal fato é evidenciado quando em relação ao empreendedorismo social relacionado ao gênero, apenas é encontrada uma pesquisa demográfica realizada pelo GEM, que afirma que em 2003 havia uma participação de 30% de mulheres para 70% de homens atuando no empreendedorismo social brasileiro.

Teixeira *et al.* (2010), complementam esta ideia ao afirmarem que as definições de “empreendedorismo social”, “empreendedor social” e “empreendimento social”, apesar de serem diferentes, muitas vezes são abordadas em conjunto, por serem faces do mesmo fenômeno. Conforme Félix, Alves e Sirghi (2012), os conceitos de empreendedorismo social, voluntariado e caridade possuem uma fronteira conceitual muito tênue, coexistindo e se cruzando por diversas vezes. Vale ressaltar, que a busca para a solução ou minimização de problemas sociais é algo comum a todos eles. Para Grisi (2008) o empreendedorismo social surge como uma nova maneira de se olhar para o empreendedorismo. O empreendedor social faz uso de suas características para que seja possível se envolver com a comunidade e desenvolver a mesma.

De acordo com Oliveira (2004, p. 9): “O empreendedorismo social emerge no cenário dos anos 1990, ante a crescente problematização social, a redução dos investimentos públicos no campo social, o crescimento das organizações do terceiro setor e da participação das empresas no investimento e nas ações sociais”. Silva e Oliveira (2016, p. 4), afirmam que “O empreendedorismo social vem da boa vontade de pessoas empreendedoras ou não, que almejam a melhoria do meio social, e que vivem grande parte do tempo colaborando para ajudar outros, com dedicação, respeito e ética”.

O empreendedorismo social estimula uma maior participação em ações empreendedoras locais, o aumento do sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura, e o surgimento de novas ideias. Ademais, além de aumentar o modo com que as pessoas reagem ao contexto social em que estão inseridas, a prática do empreendedorismo social pode gerar outros benefícios importantes para a sociedade como um todo, através de uma melhoria de qualidade de vida tanto do indivíduo quanto da comunidade, promovendo inclusão social e gerando ideias sustentáveis. (ALVORD; BROWN; LETTS, 2004, tradução nossa)

O empreendedorismo social surgiu como um processo alternativo, com atividades inovadoras e voltado para a sustentabilidade, se tornando um importante mecanismo para a mobilização e transformação da sociedade, através da paixão pela missão social, com disciplina, inovação e determinação, aliados à noção de cidadania. (BORNSTEIN¹, 2007 *apud* BACKES; ERDMANN, 2009)

Dees (1998), defende que o empreendedorismo social não está ligado a apenas instituições sem fins lucrativos, afirmando que o mesmo pode incluir também atividades lucrativas com fins sociais (como bancos de desenvolvimento comunitário) e organizações híbridas, que combinam partes lucrativas e não lucrativas (como abrigos que iniciam atividades lucrativas visando à formação e emprego de seus atendidos). Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006, p. 2, tradução nossa), são mais objetivos e afirmam: “Nós definimos empreendedorismo social como atividades inovadoras e criadoras de valor que tanto podem ocorrer em organizações sem fins lucrativos, empresas ou setor governamental”.

Para Reis (1999, tradução nossa), a definição do empreendedorismo social pode ser encarada de forma global ou de forma mais restrita. De forma global, o empreendedorismo social compreende atividades inovadoras que possuem um objetivo social, seja em sua forma lucrativa, não lucrativa ou híbrida. Já de forma mais restrita, o empreendedorismo social se trata do fenômeno da aplicação de conhecimentos e competências do mercado no âmbito sem fim lucrativo.

De acordo com Demirdjian² (2007 *apud* Novaes e Gil, 2009, p. 150):

Dentre as áreas abrangidas pelo empreendedorismo social destacam-se: 1. educação e inclusão digital; 2. moradia de baixo custo; 3. reciclagem e indústrias limpas; 4. agricultura e floresta; 5. uso da água e energias alternativas; 6. saúde e nutrição comunitárias; 7. educação e alfabetização; 8. diversidade e multiculturalismo; 9. oportunidades para deficientes; 10. serviços sociais em geral; 11. apoio ao empreendedorismo e microcrédito; e 12. Direitos humanos.

Apesar de abranger todas estas áreas, os problemas enfrentados diariamente pelos empreendimentos sociais são vários, como carência de capital de giro, falta de acesso ao crédito, falta de tecnologia necessária para as atividades, burocracia trazida pelas barreiras legais, falta de apoio, enfrentamento de conflitos, dentre outros. (TEIXEIRA *et al.*, 2010)

¹ BORNSTEIN, D. How to change the world: social entrepreneurs and the power of new ideas. Oxford: University Press; 2007.

² DEMIRDJIAN, Z. S. Social entrepreneurship: sustainable solutions to societal problems. Journal of American Academy of Business, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 1-2, 2007.

As condições sociais do Brasil são preocupantes, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a desigualdade social e as estatísticas pouco animadoras são os principais motivos desta preocupação. Por este motivo, o empreendedorismo social busca a melhoria da qualidade de vida das pessoas que são atendidas por determinado projeto. (CRUZ, 2007)

Ainda segundo Cruz (2007), o empreendedorismo social é um assunto relativamente novo, que emergiu como uma ramificação do empreendedorismo convencional, porém, que se difere do mesmo a partir do momento em que o foco principal deixa de ser o lucro individual para se tornar a resolução de problemas sociais. De acordo com Oliveira (2004, p. 12), “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade”. Para Andrade *et al.* (2016), enquanto o empreendedorismo convencional é medido através de sua capacidade de criar organizações com fins lucrativos, viáveis e sustentáveis ao longo do tempo, o empreendedorismo social é avaliado de acordo com sua capacidade de provocar mudanças sociais duradouras.

O Quadro 02 apresenta algumas características que distinguem o empreendedorismo privado e o empreendedorismo social.

Quadro 02 – Características que Distinguem o Empreendedorismo Convencional e o Empreendedorismo Social

EMPREENDEDORISMO CONVENCIONAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual.	É coletivo.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para a comunidade.
Foco no mercado.	Foco na busca de soluções para os problemas sociais.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o impacto social.
Visa satisfazer as necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades dos negócios.	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Fonte: Adaptado de Melo Neto e Froes³ (2002, p. 11) *apud* Andrade *et al.* (2016, p. 179)

Conforme visto no Quadro 2, Melo Neto e Froes³ (2002 *apud* Andrade *et al.* 2016, p. 179) afirmam que:

Na última década do século XX, definiu-se, uma nova modalidade de empreendedorismo, o social, que difere do empreendedorismo propriamente dito em dois aspectos: 1) não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; e 2) não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situação de risco social, como pobreza, miséria, risco de vida e exclusão social.

³ MELO NETO, F.; FROES, C. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Qualitymark Editora Ltda, 2002.

O Quadro 03 apresenta uma comparação entre empreendedorismo convencional e empreendedorismo social.

Quadro 03 – Comparação Entre Empreendedorismo Convencional e Empreendedorismo Social

TIPO DE EMPREENDEDORISMO	CONVENCIONAL	SOCIAL
BASE EPISTEMOLÓGICA	Funcionalista.	Interpretacionista.
DEFINIÇÃO DO EMPREENDEDOR	Um agente que permite ou aprova uma visão baseada em novas ideias para a criação de inovações de sucesso. (SCHUMPETER, 1950)	Um ator que aplica princípios de negócios para resolver problemas sociais. (DACIN <i>et al.</i> , 2012)
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA	Proprietários ou acionistas.	Acionistas ou partes interessadas.
FORMA ORGANIZACIONAL PREDOMINANTE	Com fins lucrativos.	Com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.
OBJETIVOS PRIMÁRIOS	Econômico.	Mudança social / bem-estar.
PRODUTO	Criar e / ou distribuir o produto ou serviço ao consumidor.	Promover a ideologia / mudança social.
TENSÕES	Crescimento versus sobrevivência.	Sustentabilidade econômica versus missão social.
EXEMPLOS	Provedores de serviços, desenvolvimento de software e companhias de turismo.	Gerando Falcões, Instituto Chapada, Graacc, Asid, Adaptsurf.

Fonte: Adaptado de Andrade *et al.* (2016, p. 183)

Conforme exemplificado no Quadro 03, o empreendedorismo social é marcado por aspectos como a produção de bens e serviços para a comunidade, solução de problemas sociais, bem como necessidades, além de resgatar e promover pessoas em risco social, preocupando-se com sustentabilidade, mudança social, inclusão e emancipação. Já o empreendedorismo convencional, é marcado por aspectos como a produção de bens e serviços para o mercado, visa o lucro, se preocupa com as necessidades dos clientes e com o crescimento econômico. (AREM, 2008)

Como já exposto anteriormente, o empreendedor tem fundamental importância nas ações realizadas no campo do empreendedorismo, Vale⁴ (2000, p. 24 *apud* ANDRADE *et al.* 2016, p. 179) chama a atenção para a atuação deste agente na área social, destacando que ele deve ser capaz de: “perseguir interesses comunitários com a mesma capacidade de inovação, comprometimento e obstinação do empreendedor privado, muito embora também dotado de uma visão do tecido social e da habilidade de cooperação e articulação com os vários grupos sociais relevantes”.

⁴ VALE, G. M. V. Novos agentes em ação. Revista Rumos do Desenvolvimento, p.34, out. 2000.

De acordo com Dees (1998, p. 3): “Os empreendedores sociais são uma espécie do gênero empreendedor, são empreendedores com uma missão social”. Melo Neto e Froes ⁵(2002 *apud* Félix, Alves e Sirghi, 2012), afirmam que existe uma linha tênue entre os conceitos de empreendedor convencional e empreendedor social. Porém, os autores afirmam que o empreendedor tradicional apresenta uma ação voltada para o mercado, visando o lucro, o desenvolvimento das organizações, inovando para garantir o sucesso do empreendimento. Já o empreendedor social, segundo os autores, tem seu desempenho medido pelo impacto social que causa, o mesmo busca junto com a comunidade participar da solução de carências sociais.

Segundo Cruz (2007), o empreendedor social é aquele que busca gerar impacto social dentro de uma comunidade, são pessoas comuns que ajudam a solucionar de forma prática os problemas deixados sem solução pelo governo, homens e mulheres que buscam visualizar o resultado efetivo de suas ações no cenário que decidiram atuar. Dees (1998), afirma que os empreendedores sociais assumem o papel de agentes de mudança no campo social, pois adotam a missão de criar valor social, procuram sempre por novas oportunidades, estão sempre inovando, se adaptando e aprendendo, são ousados e prestam contas com transparência no que diz respeito a seus resultados.

De acordo com Félix, Alves e Sirghi (2012, p. 23):

Os empreendedores sociais são vistos como indivíduos que possuem uma missão social e contribuem para o crescimento econômico do país, através de diversas formas, são extremamente visionários e tencionam inspirar a sociedade com ideias e oportunidades de negócio, que consideram ser de caráter inovador e são capazes de transformar ideias de negócio já existentes em negócios inovadores.

Para Vasconcelos e Lezana (2012), “O empreendedor social figura como promotor e agente principal das ações sociais do empreendimento e normalmente é alguém intimamente ligado ao problema social”. De acordo com Teixeira *et al.* (2010), o empreendedor social é um agente de criatividade, aquele que toma para si a missão de solucionar problemas e buscar benefícios para a comunidade.

Vale ressaltar que por maior que seja o compromisso do empreendedor social em relação ao bem comum, existem limitações, falhas e zonas obscuras que podem se evidenciar em sua atuação. Tal afirmação derruba a idealização existente em torno do empreendedor social, tido como uma figura heroica, evidenciando que apesar das características positivas que pode vir a possuir, se trata de um ser humano, passível de falhas e contratempos. CASAQUI (2015)

⁵ MELO NETO, F.; FROES, C. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Qualitymark Editora Ltda, 2002.

O Quadro 04 apresenta algumas visões de autores e organizações nacionais e internacionais a respeito do conceito de empreendedor social.

Quadro 04 – Visões Sobre o Conceito de Empreendedor Social

ORGANIZAÇÃO / AUTOR	CONCEITO
<i>SCHOOL SOCIAL ENTREPRENEURSHIP - SSE,</i> UK-REINO UNIDO	"É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários [...] Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'."
<i>CANADIAN CENTER SOCIAL ENTREPRENEURSHIP - CCSE,</i> CANADÁ	"Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social [...] Indivíduos que [...] combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias".
<i>THE INSTITUTE SOCIAL ENTREPRENEURS - ISE,</i> EUA	"Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (o empreendedorismo social é base nas competências de uma organização), tornando-as menos dependentes do governo e da caridade".
LEITE (2002)	"O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita".
ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E <i>MACKISEY E CIA. INC (2001)</i>	"Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o imprevisto".
RAO (2002)	"Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro".

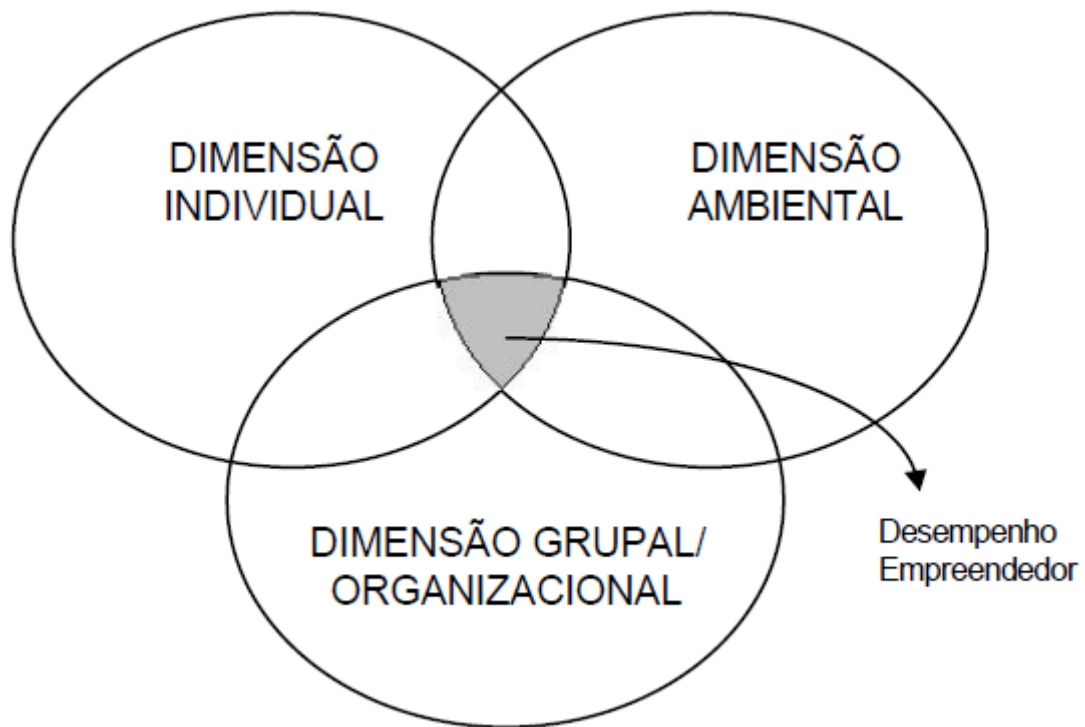
Fonte: Adaptado de Oliveira (2004, p.12)

Como demonstrado no Quadro 04, não há um consenso para a definição de quem é o empreendedor social, mesmo porque, várias de suas características acabam se misturando com as do empreendedor convencional, como por exemplo, inovação, praticidade, engenhosidade,

percepção de oportunidades, dentre outras. (ELKINGTON E HARTIGAN⁶, 2008 *apud* KUYUMIJAN; SOUZA; SANT'ANNA, 2012)

Ferreira (2003), afirma que a área de atuação do empreendedor social é composta por três dimensões distintas, conforme mostra a Figura 02.

Figura 02 – Dimensões de Atuação do Empreendedor



Fonte: Ferreira (2003, p. 45)

A dimensão individual (relacionada ao comportamento do empreendedor, com foco em características de personalidade comuns a estes indivíduos, é a dimensão onde estão centradas as pesquisas a respeito do perfil dos empreendedores), a dimensão grupal / organizacional (relacionada às influências e relações entre vários fatores, sejam eles intrínsecos ao empreendedor, relativos ao grupo de trabalho, à organização, etc.), a dimensão ambiental (relacionada a como o empreendedor se porta em relação ao ambiente social em que está inserido e a como o mesmo é influenciado por este ambiente). (FERREIRA, 2003)

Como o objetivo da presente pesquisa se trata de descrever o perfil dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG, definiu-se que a

⁶ ELKINGTON, J.; HARTIGAN, P. *The power of unreasonable people: how social entrepreneurs create markets that change the world*. Boston: Harvard Business School Publishing, 2008.

hipótese considerada como ponto de partida e possível perfil destes empreendedores, é o perfil traçado por Oliveira (2004), conforme apresentado no Quadro 05.

Quadro 05 – Perfil do Empreendedor Social

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	COMPETÊNCIAS	POSTURAS
Saber aproveitar as oportunidades.	Ter visão clara.	Ser visionário.	Ser inconformado e indignado com a injustiça e desigualdade.
Ter competência gerencial.	Ter iniciativa.	Ter senso de responsabilidade.	Ser determinado.
Ser pragmático e responsável.	Ser equilibrado.	Ter senso de solidariedade.	Ser engajado.
Saber trabalhar de modo empresarial para resolver problemas sociais.	Ser participativo.	Ser sensível aos problemas sociais.	Ser comprometido e leal.
	Saber trabalhar em equipe.	Ser persistente.	Ser ético.
	Saber negociar.	Ser consciente.	Ser profissional.
	Saber pensar e agir estrategicamente.	Ser competente.	Ser transparente.
	Ser perceptivo e atento aos detalhes.	Saber usar forças latentes e regenerar forças pouco usadas.	Ser apaixonado pelo que faz (campo social).
	Ser ágil.	Saber correr riscos calculados.	
	Ser criativo.	Saber integrar vários atores em torno dos mesmos objetivos.	
	Ser crítico.	Saber interagir com diversos segmentos e interesses dos diversos setores da sociedade.	
	Ser flexível.	Saber improvisar.	
	Ser focado.	Ser líder.	
	Ser habilidoso.		
	Ser inovador.		
	Ser inteligente.		
	Ser objetivo.		

Fonte: Oliveira (2004, p.14)

Conforme mostra o Quadro 5, Oliveira (2004), buscou traçar o perfil do empreendedor social, destacando suas características. Desta forma, percebe-se que seus estudos foram centrados na dimensão individual, de acordo com Ferreira (2003), assim como foi feito na presente pesquisa, cujos procedimentos metodológicos e resultados serão apresentados nos próximos capítulos.

3. METODOLOGIA

Neste tópico serão abordados os aspectos metodológicos da pesquisa, aqui serão definidos a abordagem utilizada, a classificação da pesquisa quanto aos fins e aos meios, o procedimento e a técnica utilizados para a coleta de dados, bem como a forma de tabulação e análise dos dados.

A abordagem utilizada na maior parte da presente pesquisa foi a quantitativa, que segundo Alyrio (2009), consiste em um tipo de pesquisa em que a realidade é exposta em números, os dados coletados são analisados de forma objetiva, com uma abordagem mais empírico-analítica. Essa escolha se deve ao objetivo de identificar as características mais importantes na ótica dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG.

A abordagem qualitativa também está presente em parte da presente pesquisa, devido ao objetivo de entender as motivações do empreendedor social para trabalhar em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG, bem como a forma que se deu sua inserção no campo social. Tal abordagem, ainda de acordo com Alyrio (2009), consiste em um tipo de pesquisa em que a realidade é verbalizada, os dados coletados são analisados de forma mais subjetiva, através de um tratamento interpretativo, tendo uma abordagem mais reflexiva.

Para classificação da pesquisa, tomou-se como base o exposto por Vergara (1998), que a qualifica em relação aos fins e aos meios. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca expor as características dos empreendedores sociais que atuam nas instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG e descrever as variáveis encontradas. Porém, sem o intuito de esgotar as explicações e motivações que levaram os empreendedores a construir o perfil traçado na análise dos dados, apesar de servir como base para tal explicação.

Quanto aos meios, trata-se de uma análise documental e uma pesquisa de campo: (1) documental, pois para que fosse feita uma apresentação de cada instituição onde o questionário foi aplicado, foi solicitado que cada uma enviasse informações para este fim, tendo sido recebidos folders, fotos, links de páginas na internet que contém tais informações, tópicos sobre a instituição e informações diversas passadas pelos responsáveis pelas instituições. Este conteúdo foi replicado na parte de apresentação das instituições, dentro do tópico de apresentação e análise dos resultados. (2) de campo, pois se trata de uma investigação empírica realizada no local onde os empreendedores sociais atuam e com os mesmos, buscando elementos para descrever seu perfil.

De acordo com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Juiz de Fora - MG, atualmente existem 62 instituições regularmente inscritas na cidade. Deste universo, foi realizada uma amostragem não probabilística por julgamento, selecionando 20 instituições para serem o objeto de estudo deste trabalho. No período entre 12 de setembro e 05 de outubro de 2017, foi realizado contato com estas instituições, das quais 14, através da figura de seu empreendedor social, aceitaram participar do estudo.

O procedimento utilizado para coleta de dados foi o levantamento de dados (*survey*), que segundo Alyrio (2009), é apropriado para obtenção de dados e informações sobre as características de um grupo de pessoas, fazendo uso de um instrumento de pesquisa (geralmente um questionário).

A técnica utilizada para coleta de dados foi o questionário, que segundo Malhotra (2006), consistente em perguntas a respeito de situações que se deseja descrever. De acordo com Gil (1999, p. 137), questionário é “uma técnica de coleta de dados que consiste em um rol de questões propostas por escrito às pessoas que estão sendo pesquisadas”. O questionário aplicado foi composto por 16 perguntas, sendo 7 fechadas (onde o respondente poderia escolher apenas uma alternativa), 6 mistas (onde poderia escolher quantas alternativas desejasse e sugerir outras respostas), 2 abertas (onde o respondente ficou livre para escrever sua resposta de forma descritiva) e 1 questão onde o respondente indicou seu nível de concordância em relação a 4 afirmações.

Para a questão onde o objetivo era verificar o nível de concordância do respondente, utilizou-se uma escala Likert de 5 pontos (sendo 1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo parcialmente, 3 – Não concordo nem discordo, 4 – Concordo parcialmente e 5 – Concordo totalmente). De acordo com Malhotra (2006), esta escala é muito utilizada nas pesquisas, pois exige que os respondentes indiquem um grau de concordância ou discordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulo. A escala Likert é bipolar, medindo uma resposta positiva ou negativa a uma afirmação, uma vez que a opção central “não concordo nem discordo” é considerada neutra ou indecisa.

O questionário foi elaborado através de estudos sobre o tema e foi baseado no modelo proposto por Oliveira (2004) que, enfoca os conhecimentos, habilidades, competências e posturas para traçar o perfil do empreendedor social.

Os questionários foram impressos e entregues pessoalmente nas instituições, entre os dias 27 de setembro e 06 de outubro de 2017. Vale ressaltar que o questionário foi aplicado com o empreendedor social responsável pela instituição, aquele que tem contato direto com os assistidos, não sendo necessariamente o seu fundador ou o de posição mais elevada na

hierarquia vigente na instituição. Os dados foram tabulados e analisados através do programa Microsoft Excel, sendo gerados gráficos para a demonstração dos resultados.

Na fase de análise dos resultados, ao traçar o perfil do empreendedor social que atua em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG, definiu-se que nas questões em que o empreendedor poderia escolher mais de uma alternativa (onde são apresentadas as dificuldades, conhecimentos, habilidades, competências, posturas e requisitos para se começar um novo empreendimento social que acham mais importantes), considerou-se como principais e que portanto fazem parte do perfil traçado, aquelas respostas que apareceram acima do 3º quartil (75% dos questionários).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para que seja possível identificar as características dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora – MG e entender as motivações que os levaram a atuar no campo social, é importante contextualizar este indivíduo em relação ao local em que atua. Com este objetivo, neste capítulo é feita uma apresentação das instituições em que os empreendedores sociais participantes do estudo atuam e posteriormente, a análise dos resultados da pesquisa.

4.1. Apresentação das Instituições

4.1.1. Abrigo Santa Helena

O Abrigo Santa Helena foi fundado em 10 de outubro de 1915, por José Procópio Teixeira e Edgar Quinet de Andrade Santos, sob a denominação de Asilo de Mendigos de Juiz Fora. Hoje uma instituição civil e filantrópica que objetiva abrigar, sob regime de internamento, pessoas idosas carentes, independente de raça, cor, sexo ou religião, desde que se submetam ao seu regulamento interno, a instituição é considerada de utilidade pública municipal, estadual e federal. A Figura 03 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 03 – Sede do Abrigo Santa Helena e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Abrigo Santa Helena, adaptado pelo autor (2017).

O Abrigo Santa Helena atua com o compromisso de superar obstáculos reintegrando seus internos às condições de uma vida plena, confiante e segura, promovendo o bem-estar do idoso atendido. Em seu atendimento, o abrigo oferece atenção básica de saúde, higiene e sanidade, além disso, promove a sociabilização dos internos a fim de minimizar os efeitos da separação familiar e buscar um convívio saudável.

Seu efetivo é de 145 internos, abrigados em pavilhões que estão reformados, desde 2014, possuindo sala de recreação com aparelhos de som e TV. Cada quarto possui quatro camas. No prédio mais antigo funciona a administração, a secretaria e os setores de contabilidade e pessoal, a capela, a fábrica de fraldas geriátricas, a lavanderia e salas de atendimento interdisciplinar, além do centro de fisioterapia.

O quadro de funcionários do Abrigo Santa Helena possui médico, dentista, psicóloga, assistente social, fonoaudióloga, fisioterapeuta, nutricionista, professor de educação física, enfermeiro, técnicos em enfermagem e cuidadores de idosos que proporcionam assistência permanente aos internos.

4.1.2. Aldeias Infantis S.O.S.

A Aldeias Infantis S.O.S. é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que promove ações na defesa e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens por meio de uma atuação de desenvolvimento sócio comunitário.

A organização iniciou suas atividades na cidade de Juiz de Fora quando, na década de 70, Sylvandiro Frateschi ao ouvir sobre a organização que já atuava a nível nacional, começou a buscar pessoas capazes de realizar esse empreendimento na cidade. Porém, a formação do grupo que tornaria o projeto realidade, aconteceu apenas em 10 de setembro de 1980.

A Aldeias Infantis S.O.S. de Juiz de Fora, começou na residência de Carlos e Gretchen Sarmiento, sendo estes os representantes da franquia Coca-Cola local, sendo sua inauguração realizada em 14 de abril de 1984, com a ajuda e participação ativa de todos que acreditaram na proposta.

No início dos anos 90, surgiram a Escola Georg Rodenbach e a Creche Hermann Gmeiner, que atendiam as crianças da comunidade próxima ao programa (localizado no bairro Grama).

Em 1999, a administração da creche e da escola foi repassada ao município de Juiz de Fora. Porém, em 2002, a Creche Hermann Gmeiner voltou a ser administrada pelo programa e, no ano seguinte, passou a funcionar como o principal núcleo de implantação dos serviços de fortalecimento familiar e comunitário da região, juntamente com o Complexo de Esportes Viviane Anderson. A Figura 04 mostra a creche da instituição e seus assistidos em momento de lazer.

Figura 04 – Creche da Aldeias Infantis S.O.S. e Seus Assistidos em Momento de Lazer



Fonte: Arquivo Aldeias Infantis S.O.S., adaptado pelo autor (2017).

Desde 2006, as ações da Aldeias Infantis S.O.S. foram estendidas aos bairros Vila dos Sonhos, Parque Independência, Santa Luzia, Nossa Senhora de Lourdes, Cidade do Sol, Retiro e Nossa Senhora Aparecida, apoiando centenas de crianças, adolescentes e jovens.

4.1.3. Amigos Mãos Abertas - AMA

A Amigos Mãos Abertas é uma Organização Não Governamental, com sede em Juiz de Fora e unidades em Ubá e Barbacena. Fundada em 18 de maio de 2003, por um grupo de amigos da sociedade juizforana, que resolveram criar condições de reunir população e autoridades, através de uma sociedade civil voltada inteiramente para a população, objetivando participar efetivamente do contexto social. A Figura 05 mostra a sede da instituição em Juiz de Fora e seus assistidos.

Figura 05 – Sede da Amigos Mãos Abertas e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Amigos Mãos Abertas, adaptado pelo autor (2017).

A Amigos Mãos Abertas, é uma instituição voltada para a missão de efetivar seu trabalho de promoção humana e social, com a certeza de unir cidadãos para lutar no combate à fome e à pobreza, e nos direitos de ir e vir na sociedade com mais segurança e solidariedade.

Os objetivos da organização são os de prestar serviços sociais à população carente, no desenvolvimento de programas e projetos voltados à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade, com prioridade absoluta para crianças e adolescentes. Contemplando diversos atendimentos como cesta de alimentos, medicamentos, fraldas geriátricas, a organização atende mais de 150 famílias.

4.1.4. Associação de Assistência Social Padre João Emílio – Instituto João Emílio

O Instituto Padre João Emílio é uma entidade sem fins lucrativos que há mais de 100 anos acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Em 1990, a Irmã Maria da Graça Diniz Peixoto, religiosa da Congregação do Bom Pastor no Instituto João Emílio, teve a ideia de utilizar o espaço para outros fins, visto que as demandas voltadas para acolhimento para crianças e mulheres, já não tão necessárias quanto

outrora. Assim, as crianças que fossem atendidas pela Congregação do Bom Pastor poderiam receber reforço escolar, realizar refeições e desenvolver outras atividades de cunho social, educacional e cultural, fazendo nascer o “Projeto Comunidade Esperança”, que iniciou suas atividades em maio de 1990, que atua de forma complementar no apoio as famílias e crianças. O projeto permanece em funcionamento até os dias atuais. A Figura 06 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 06 – Sede do Instituto João Emílio e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Instituto João Emílio, adaptado pelo autor (2017).

No ano de 2015, O Instituto João Emílio passou a integrar as obras sociais da Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora, recebendo o nome de Associação de Assistência Social Padre João Emílio, denominação que permanece até os dias atuais. A obra tem como objetivos promover a formação humana e cristã, pautadas em valores éticos, fazendo com que as crianças definam o próprio projeto de vida, através da realidade social que está inserida, entendendo suas qualidades, limitações e preparando-as de forma moral para o exercício da cidadania digna. Embora esteja associada à Mitra Arquidiocesana, a instituição administra de forma autônoma a gestão de trabalhos e recursos, não recebendo nenhum tipo de contribuição financeira da Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora.

A associação atende em regime socioeducativo em meio aberto, com foco de atendimento crianças de 06 a 11 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social, de diversas regiões da cidade. Os encaminhamentos para acesso a instituição são realizados pelas Escolas Municipais, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS, ou mesmo, por demanda espontânea dos interessados.

O Projeto Comunidade Esperança tem capacidade de atendimento a 100 crianças, nos turnos da manhã e tarde, no período do contra turno escolar, ou seja, os atendidos que está no regime escolar diurno frequentam as atividades do instituto no período da tarde, e vice-versa. O instituto possui algumas parcerias e convênios com a Prefeitura de Juiz de Fora. Através da Secretaria de Cultura (FUNALFA), realiza o “Gente em Primeiro Lugar”, um programa municipal que desenvolve atividades com crianças de 6 a 14 anos que sofrem exclusão cultural. O objetivo é proporcionar a sensibilização e socialização dos participantes através de oficinas culturais.

4.1.5. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. A Figura 07 mostra a sede da APAE em Juiz de Fora e seus assistidos.

Figura 07 – Sede da APAE em Juiz de Fora e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo APAE, adaptado pelo autor (2017).

As raízes históricas e culturais do fenômeno "deficiência" sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. Com isso, surgem famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com algum tipo de deficiência alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Nesse contexto, surgiram as primeiras associações de familiares e amigos que se mostraram capazes de lançar um olhar mais propositivo sobre as pessoas com este tipo de deficiência. Essas pessoas tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social.

Essa mobilização teve que contar com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e pesquisas, buscaram informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades.

Foi então que, no Brasil, essa mobilização social começou a prestar serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitasse, em locais que foram denominados como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência.

Toda essa mobilização em torno da pessoa com deficiência, impulsionada pela Declaração dos Direitos Humanos, que culminou na criação das APAEs e, com a expansão desta iniciativa Brasil afora, convencionou-se a tratá-la como o "Movimento Apaeano".

O Movimento Apaeano é uma grande rede, constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras - públicas e privadas - para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

Atualmente o Movimento congrega a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), 23 Federações das APAEs nos estados e mais de duas mil APAEs distribuídas em todo o país, que propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. É o maior movimento social do Brasil e do mundo, na sua área de atuação.

4.1.6. Associação dos Cegos

A Associação dos Cegos em Juiz de Fora foi criada por um deficiente visual chamado Luiz de Freitas e sua esposa. Residentes no Rio de Janeiro, se mudaram para Juiz de Fora com a intenção de fundar uma associação para prestar assistência ao cego idoso e carente. Contaram com o apoio de um grupo de pessoas de boa vontade e de renome na sociedade juizforana.

Em 05/10/1939, foi eleita a primeira diretoria, que passou a considerar esta data como a de fundação da entidade. Vencendo dificuldades financeiras, a primeira diretoria da associação adquiriu uma pequena casa, em um ponto privilegiado da cidade, até hoje sede da associação. Depois de inúmeras alterações e aquisições de terrenos vizinhos, a casa foi ampliada, constituindo um patrimônio formado por dois prédios, um com quatro e o outro com seis andares, além de uma área de lazer. Com a ampliação da casa, foi ampliada também a assistência aos cegos, sendo admitidos deficientes de todas as faixas etárias.

Até meados de 1955 a associação foi dirigida pelas Irmãs de Caridade da Conferência São Vicente de Paulo. Neste ano, o Lions Clube Juiz de Fora entrou na história da entidade através de seu representante, João Theodósio Araújo, recém ingressado no movimento, que veio a ser presidente da diretoria executiva durante 32 anos. Em 1991, o atual prédio de seis andares foi inaugurado. Os diversos departamentos que promovem a assistência e a inclusão dos deficientes funcionam nas dependências desse prédio. A Figura 08 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 08 – Sede da Associação dos Cegos e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Associação dos Cegos, adaptado pelo autor (2017).

Em 23 de dezembro de 2002, tomou posse uma nova diretoria, onde Lucas Diniz Chaves assumiu a presidência, tomando como base para sua gestão, os ensinamentos e exemplos de Helen Keller (uma ativista americana, primeira pessoa surdacega a conquistar um bacharelado).

Em agosto de 2015, tomou posse uma nova diretoria, constituída por Heitor José Pereira e Carlos Henrique Marques Correa. Assim, a meta passou a não apenas manter, como também aumentar em quantidade e, principalmente, em qualidade, os serviços dos departamentos que a entidade mantém destinados aos deficientes visuais. O trabalho de prevenção da cegueira, tão importante quanto a assistência ao deficiente, também recebeu destaque.

Graças à colaboração de contribuintes leais, o slogan “em Juiz de Fora cego não pede esmola” acompanhou a história e a evolução da Associação dos Cegos durante todos esses anos. A Associação dos Cegos tem como missão promover a inclusão do cego, resgatando-lhe o direito à cidadania e oferecendo-lhe condições para qualificação educacional e profissional visando à inserção no mercado de trabalho, ainda que informal. Além de um trabalho voltado para a preservação da vista, com atuação na área da oftalmologia clínica e cirúrgica, buscar parcerias com a finalidade de promover qualidade, constante aprimoramento, eficiência e eficácia nos atendimentos para a preservação da vista e a prevenção da cegueira.

4.1.7. Centro de Promoção do Menor de Juiz de Fora - CEPROM

O CEPROM, Centro de Promoção do Menor de Juiz de Fora, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que iniciou seu funcionamento em 11 de dezembro de 1959, com a finalidade de atender o então denominado menor carente oferecendo atendimento para crianças de até doze anos. Oferecia até o ano de 2010 os programas socioeducativos em meio aberto e programa de abrigo. Através de convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Educação, já havia a cessão de professores a fim de oferecer no turno da tarde, atendimento a duas turmas de educação infantil na pré-escola.

A partir do ano de 2011 foi celebrado com a Secretaria Municipal de Educação o convênio de cessão de repasse de recursos financeiros do FUNDEB e Tesouro Municipal, sendo ainda mantido o convênio de cessão de professores para funcionamento e manutenção do atendimento às crianças de Educação Infantil. O CEPROM então passou a ser uma instituição exclusivamente educacional, atendendo crianças de dois a cinco anos em período integral com oferta de alimentação nos dias de semana. A Figura 09 mostra a sede da instituição e seus assistidos em uma festa junina realizada na creche.

Figura 09 – Sede do CEPROM e Seus Assistidos em Festa Junina



Fonte: Arquivo CEPROM, adaptado pelo autor (2017).

A instituição tem como denominações anteriores Instituto de Meninas e, Centro de Triagem e Promoção do Menor do Juizado de Menores. Atualmente possui a denominação de Centro de Promoção do Menor (CEPROM) - Casa da criança, atendendo por meio educacional Creche/Educação Infantil.

O CEPROM tem o compromisso de desenvolver um trabalho com afeto e responsabilidade, valorizando e respeitando as necessidades e especificidades da criança. Assim, foi criado um espaço onde a plenitude desta vida possa ser amplamente vivenciada, contribuindo para a função de crianças autônomas, criativas, éticas, cidadãs, saudáveis e atuantes na sociedade. Com preocupação ainda, de oferecer condições para uma aprendizagem contínua, buscando sempre conhecer o novo e o prazer de aprender.

4.1.8. Educandário Carlos Chagas

Fundado em 1932, por iniciativa de Eunice Gabbi Weaver, o Educandário Carlos Chagas atua há mais de sete décadas em Juiz de Fora.

No início, a instituição atendia os filhos sadios de hansenianos que buscavam orientação e proteção. Atualmente, é administrada pelo Rotary Club de Juiz de Fora (Distrito Industrial) e abriga, aproximadamente, quarenta adolescentes, dentre eles alguns portadores de necessidades especiais e órfãos. A Figura 10 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 10 – Sede do Educandário Carlos Chagas e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Educandário Carlos Chagas, adaptado pelo autor (2017).

A principal preocupação do Educandário é a reintegração dos assistidos à sociedade, muitos adolescentes que são abrigados pela instituição têm problemas familiares e, no período que ficam na mesma recebem suporte psicológico e educacional para que eles possam se equilibrar e então ter condições de voltar para casa.

Apesar do número elevado de assistidos, a individualidade de cada um deles é respeitada para que se sintam à vontade. Exemplo disso é um dos quartos ocupados pelas meninas que tem as paredes cobertas por cartazes e pôsteres de artistas.

O processo de reintegração dos jovens na sociedade ocorre de forma gradual, através de pequenas ações, como a permissão para que os meninos joguem futebol na quadra da escola que frequentam e não na da instituição. Assim, os jovens convivem com outras pessoas da mesma idade e com histórias de vida diferentes e vão aos poucos sendo aceitos pela sociedade novamente.

Os adolescentes têm também a oportunidade de frequentar cursos profissionalizantes e de informática oferecidos pela prefeitura e que preparam os jovens para o mercado de trabalho. Além disso, em parceria com a Arcelor Mittal, é desenvolvido dentro do Educandário um programa que proporciona o primeiro emprego aos adolescentes. Responsáveis por embalar pregos, os jovens trabalham um turno e recebem meio salário mínimo.

Além do incentivo profissional, a instituição se preocupa com a educação dos assistidos. Todos os adolescentes estudam em escolas próximas ao Educandário e têm aulas de reforço escolar pela manhã ou pela tarde oferecidas por voluntários.

Atualmente, a instituição conta com alguns voluntários responsáveis pelas atividades esportivas e pelo artesanato.

4.1.9. Fundação Maria Mãe – Obra dos Pequeninos de Jesus

A Fundação Maria Mãe é uma instituição sem fins lucrativos que realiza um trabalho de assistência social com adultos carentes e desabrigados de Juiz de Fora. A instituição atua buscando ampará-los, promovê-los e reinseri-los socialmente, tendo em vista a realidade marcada por contrastes, contradições e exclusões em que se encontram estas pessoas que vivem à margem da sociedade. A Figura 11 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 11 – Sede da Fundação Maria Mãe e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Fundação Maria Mãe, adaptado pelo autor (2017).

Para atender essa população, a Fundação conta com a ajuda de voluntários. A instituição proporciona diversas atividades, como aulas de violão, grupos de oração, recuperação de documentos, palestras e cursos de orientação profissional. Também disponibiliza acompanhamento odontológico, psicológico e com uma assistente social, além de café da manhã, banho, entrega de kits de higiene, doação, troca e lavagem de roupas.

4.1.10. Instituto Bruno

O Instituto Bruno é uma entidade civil, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos de Juiz de Fora e região. Ele existe desde 2000 com o objetivo de prestar atendimento clínico e assistência a pessoas surdocegas e com múltiplas deficiências devido à paralisia cerebral. É o primeiro centro de reabilitação integrada de Minas Gerais e o único da Zona da Mata Mineira que presta atendimento totalmente gratuito em diversas áreas. A Figura 12 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 12 – Sede do Instituto Bruno e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Instituto Bruno, adaptado pelo autor (2017).

A missão da instituição é possibilitar qualidade de vida reabilitando as pessoas surdocegas e múltiplo-deficientes pela paralisia cerebral através da inclusão na família, escola e sociedade, objetivando independência, comunicação, capacitação profissional e relacionamento com o mundo.

A criação do Instituto foi inspirada nas dificuldades que a sociedade e os familiares tinham na reabilitação dos seus filhos, netos, sobrinhos múltiplos deficientes e surdocegos. Os fundadores, juntamente com pais, familiares e amigos envolveram-se emocionalmente com a situação que exigia atenção por parte de todos.

Ao buscarem recursos e profissionais especializados, foi detectado que em Juiz de Fora não existia um centro específico que atendesse todas as necessidades de seus entes queridos. Descobriu-se, também, que eles não eram os únicos que precisavam de um atendimento especializado, pois haviam outras pessoas que mereciam cuidados especiais.

Surgiu então a ideia de criar um centro de apoio com objetivos e finalidades específicas no tratamento de pessoas com múltipla deficiência e surdocegueira. Estes objetivos são: inserir na rede SUS e outros setores da microrregião de Juiz de Fora práticas médicas e de atendimento específicas para pessoas surdocegas e múltiplas deficiências, promovendo um caráter mais humano e integrador; abordar técnicas de comunicação alternativa nas áreas clínicas e de

prevenção; estruturação e fortalecimento da atenção em práticas integrativas e complementares do SUS e outros, com ênfase na atenção básica; construir, com arquitetura específica para pessoas surdocegas e cadeirantes (múltiplos deficientes), com acessibilidade universal o primeiro centro clínico neste perfil em todo o estado de Minas Gerais; facilitar a comunicação com todos os setores profissionais e com a família; facilitar a orientação e mobilidade do paciente; desenvolver uma estrutura física apta a oferecer uma atenção ambulatorial e multidisciplinar destinada à integração em diversos contextos; promover a humanização dos serviços médicos ambulatoriais da rede; servir de espaço para troca de conhecimento entre setores acadêmicos e profissionais de áreas como Fisioterapia, Medicina, Fonoaudiologia, Enfermagem, entre outros; promover a pesquisa na área de oftalmologia especializada em retina e outras síndromes causadoras; criar momentos de debates com agentes comunitários municipais, setores escolares e de saúde, com temas como a detecção precoce e fatores desfavoráveis à saúde da pessoa surdocega e com paralisia cerebral severa, visando, em última instância, a diminuição da ocorrência de casos de surdocegueira.

4.1.11. Instituto Casa Vida

O Instituto Casa Vida é uma Organização Não Governamental, fundada em 02 de maio de 2009, que apoia às pessoas portadoras de câncer acima de 18 anos em um sistema de atendimento pós-hospitalar. Atualmente, a instituição mantém mensalmente, 170 pacientes em Juiz de Fora e região.

A missão da instituição é proporcionar uma melhor qualidade de vida aos portadores de câncer em tratamento, dando a estes a assistência necessária para sua recuperação, independentemente de seu nível socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida e a dignidade dos portadores e de seus familiares. A Figura 13 mostra a sede da instituição e um quadro de fotos de seus assistidos.

Figura 13 – Sede do Instituto Casa Vida e Quadro de Fotos de Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Instituto Casa Vida, adaptado pelo autor (2017).

A instituição vem atuando por meio do serviço de atendimento social, triagem e avaliação dos pacientes, fornecimento de medicamentos, suplementos alimentares, cestas básicas, fraldas geriátricas, materiais para curativo, colchões casa de ovo, materiais para administração de dieta enteral, atendimento psicológico, atendimento jurídico, atendimento fisioterapêutico, oficina de artes, terapia com Reiki, terapia em grupo, coordenando e executando ações sociais que dão suporte a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de câncer, lutando pelos seus direitos e promovendo campanhas preventivas.

4.1.12. Instituto Vitória

A missão do Instituto Vitória é a de fornecer, aos assistidos, as condições mínimas de ajuda, para que tenham uma melhor qualidade de vida e possam ser vistos com mais respeito. Essa missão se justifica pois durante 11 anos, uma família lutou para aprender a cuidar de uma pessoa com deficiência em casa. Antônio José Furtado e sua esposa, Marlene Ferreira Furtado, vivenciaram a triste notícia de que sua filha nascera com paralisia cerebral, fruto da lesão no cérebro, ocasionada por um erro médico decorrente do prolongamento do parto.

Graças a Vitória, o casal decidiu fundar uma associação e ajudar pessoas com deficiência. Alguns de seus amigos se juntaram ao projeto, mesmo sem recursos, nem sede própria.

No dia 03 de junho de 2010, na rua Luís Rocha, no Bairro de Santa Terezinha, a Associação De Apoio Aos Portadores De Necessidades Especiais – AAPNE iniciou um trabalho de fazer reparos e reformas nas cadeiras de rodas e banho para auxiliar as famílias que não tinham poder de aquisição para obter esse meio de locomoção. Além disso, muitas feiras de artesanato, bazares e mutirões eram realizados para tentar suprir as necessidades dos apoiados, que eram cada vez mais numerosos.

Atualmente, a entidade filantrópica fornece assistência social e jurídica, além de prestar atendimentos médicos de clínica geral, fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia. A instituição conta ainda com a ajuda de um telemarketing, voluntários, doadores mensais e parceiros, além de uma nova sede no bairro Fábrica. A Figura 14 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 14 – Sede do Instituto Vitória e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Instituto Vitória, adaptado pelo autor (2017).

4.1.13. Legião da Boa Vontade - LBV

Fundada em 1º de janeiro de 1950 pelo poeta e radialista Alziro Zarur, a Legião da Boa Vontade (LBV) tem como diretor-presidente José de Paiva Netto. A LBV é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, ecumênica, altruística e sem fins econômicos, reconhecida no Brasil e no exterior por seu trabalho nas áreas da educação e da assistência social.

Nessas mais de seis décadas, o ideal de Boa Vontade inspirou também a atuação da LBV da Argentina, da Bolívia, dos Estados Unidos, do Paraguai, de Portugal e do Uruguai, nas quais as atividades são mantidas graças a doações da população local.

A Legião da Boa Vontade é uma organização da sociedade civil com status consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc) das Nações Unidas, desde 1999, e associada ao Departamento de Informação Pública (DPI) da ONU, desde 1994. Essa condição permite à LBV participar e contribuir na discussão dos temas do Ecosoc em Nova York (EUA), em Genebra (Suíça) e em Viena (Áustria). Desse modo, a Instituição tem fraternalmente apresentado recomendações quanto à implementação de políticas públicas e ações humanitárias internacionais.

A Legião da Boa Vontade atua em dezenas de cidades brasileiras, prestando atendimento de qualidade que abrange de crianças a idosos e se estende a suas famílias. Ao todo, são 82 unidades socioeducacionais entre escolas de educação básica, escola de capacitação profissional, abrigos para idosos e centros comunitários de assistência social, que resgatam em cada atendido a sua autoestima e transformam para melhor a sua realidade. Além disso, a Instituição garante que o local seja seguro e o trabalho de qualidade, com a atuação de profissionais e voluntários capacitados.

Desde 11 de janeiro de 1956, a LBV trabalha em Juiz de Fora para reinserir as famílias de baixa renda da cidade por meio de programas desenvolvidos no centro comunitário de assistência social, localizado no bairro Santo Antônio. A região se notabiliza pelo grande índice de pessoas que sofrem devido à pobreza, violência, discriminação, entre outros problemas sociais. A Figura 15 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 15 – Sede da LBV e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo LBV, adaptado pelo autor (2017).

Em um ambiente seguro e sadio, a instituição proporciona às crianças, adolescentes, jovens, adultos e suas famílias os programas “Criança: Futuro no Presente” e o “Vida Plena”, visando à melhoria da qualidade de vida e da autoestima dos atendidos.

A LBV é uma associação filantrópica que atua em prol de famílias de baixa renda, somando ao auxílio material os valores da espiritualidade ecumênica. A missão da instituição é a de promover desenvolvimento social e sustentável, educação, cultura, arte e esporte, com espiritualidade ecumênica, para que haja consciência socioambiental, alimentação, segurança, saúde e trabalho para todos, no despertar do cidadão planetário.

4.1.14. Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck

Em 07 de agosto de 2010, a Província do Rio inaugurava sua 6ª unidade social, a Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck, implantada na cidade de Juiz de Fora (MG), onde, em 1894 foi instalada a primeira Comunidade Redentorista do Brasil. A Obra Social foi pensada com intuito de transformar vidas, auxiliando na inclusão social e na vivência do evangelho. A Figura 16 mostra a sede da instituição e seus assistidos.

Figura 16 – Sede da Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck e Seus Assistidos



Fonte: Arquivo Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck, adaptado pelo autor (2017).

Atualmente, a instituição tem oferecido 10 projetos a crianças e adolescentes da Comunidade do Bairro Retiro. Cada projeto com seus objetivos específicos, mas todos com o mesmo objetivo em comum de contribuir com a garantia de direitos e a proteção integral à criança e ao adolescente, possibilitando a ampliação do universo informacional, artístico e cultural bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos, propiciando assim, sua formação cidadã e humana.

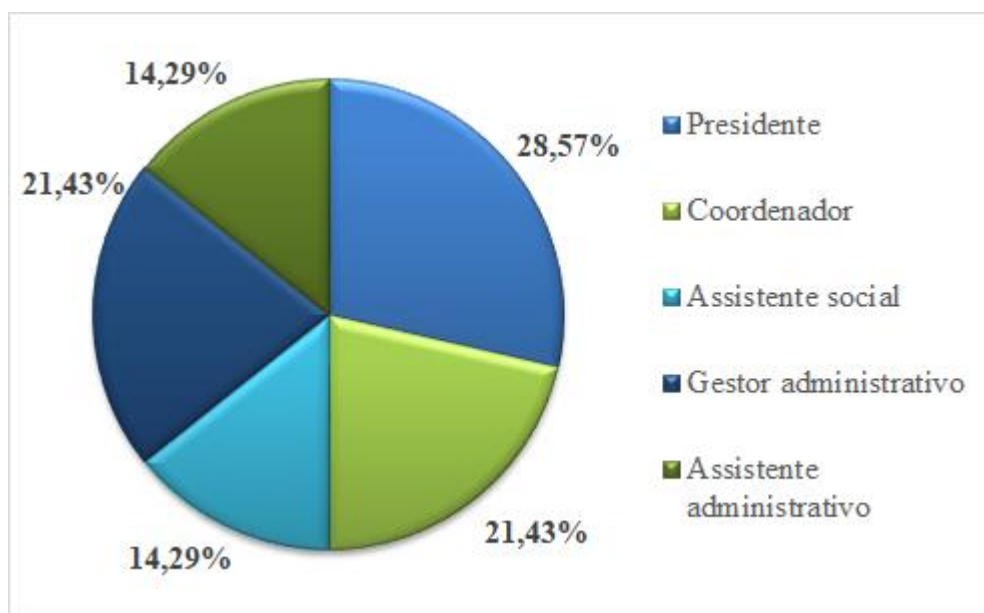
Em seu tempo de atuação, a Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck vem consolidando o seu espaço dentro da rede de assistência social, sendo considerada uma instituição de grande referência nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos dentro do município de Juiz de Fora. Durante este período, a unidade social vem oferecendo aos seus participantes projetos criteriosamente elaborados e analisados enquanto sua relevância, eficácia e interesse, sendo executados por profissionais capacitados e comprometidos com o bem social.

Em sua trajetória, a Obra Social Padre Nilton tem efetuado diversas parcerias e mais de 300 crianças, adolescentes e suas famílias foram atendidos de forma humanizada e significativa, tornando-se uma instituição modelo e trazendo grande impacto social para a região.

4.2. Análise dos Resultados

A pesquisa foi realizada com o empreendedor social responsável pela instituição, aquele que tem contato direto com os assistidos, não sendo necessariamente o seu fundador ou o de posição mais elevada na hierarquia vigente na instituição. Porém, ao analisar os resultados, percebe-se que 50% dos empreendedores sociais consultados ocupam a posição de presidência ou coordenação das instituições, conforme mostra a Figura 17.

Figura 17 – Cargo



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Desta forma, a Figura 17 ilustra a distribuição geral dos cargos ocupados pelos respondentes, sendo que 28,47% ocupam o cargo de presidente, 21,43% são coordenadores, 14,29% são assistentes sociais, 21,43% são gestores administrativos e 14,29% são assistentes administrativos.

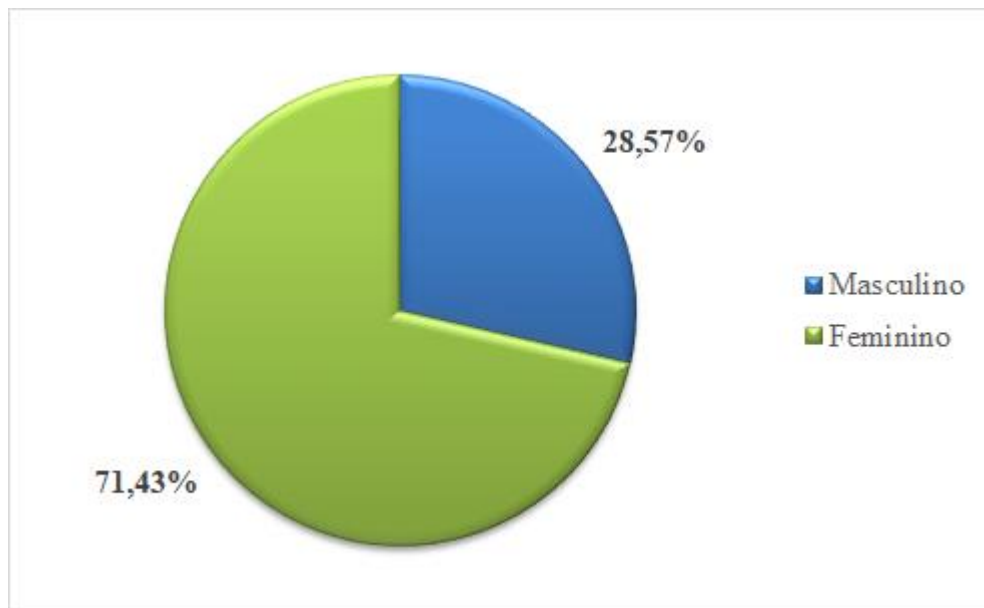
De acordo com a pesquisa GEM realizada em 2016, há uma pequena vantagem feminina no que diz respeito ao empreendedorismo inicial, com 51,5% de participação, para 48,5% de participação masculina. Porém, ao analisar a participação de homens e mulheres em empreendimentos estabelecidos 57,3% são homens e 42,7% são mulheres. (GEM, 2016)

Quando se trata de empreendedorismo social, foi encontrada apenas uma pesquisa demográfica realizada pelo GEM, que afirma que em 2003 havia uma participação de 30% de

mulheres para 70% de homens no empreendedorismo social. (SEBRAE⁷, 2003 *apud* Cruz, 2007).

A Figura 18 mostra como ficou essa distribuição no estudo realizado com os empreendedores sociais que atuam em 14 instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG.

Figura 18 – Sexo



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

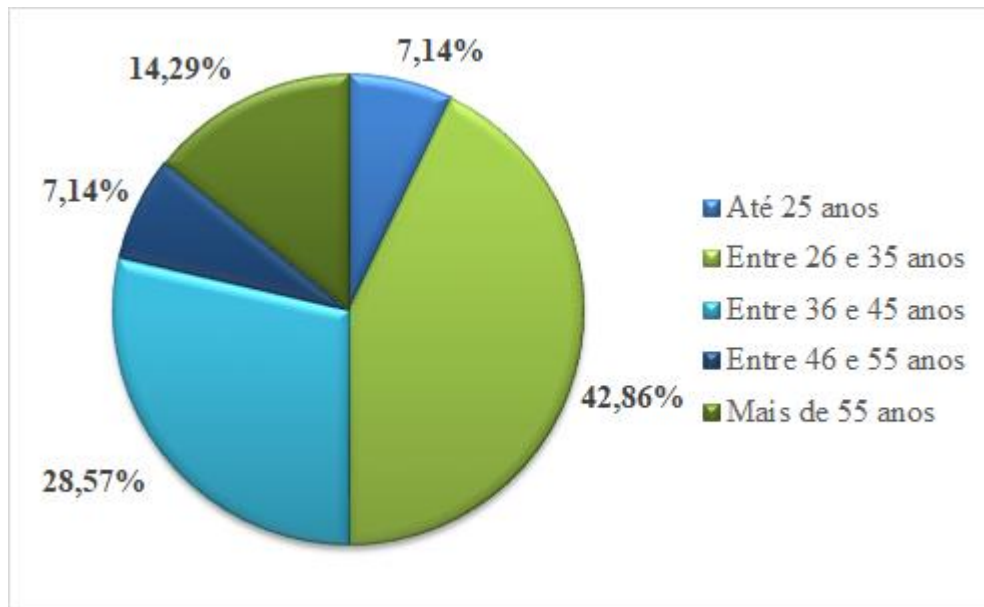
A Figura 18 demonstra, que nas instituições que foram objeto do presente estudo, a situação é contrária à que é descrita na pesquisa realizada pelo GEM em 2003, pois 71,43% dos empreendedores sociais que atuam nestas instituições são do sexo feminino e 28,57% são do sexo masculino. Sendo assim, o resultado encontrado na amostra estudada é mais próximo ao exposto na pesquisa GEM de 2016.

De acordo com Hisrich e Peters (2004), a maior parte dos empreendedores iniciam suas carreiras entre os 22 e os 45 anos.

Dados coletados pela pesquisa GEM em 2016 confirmam esta afirmação, pois mostram que no Brasil, 53,2% dos empreendedores iniciais têm entre 25 e 44 anos. (GEM, 2016)

Ao analisar a idade dos participantes do presente estudo, percebe-se que a grande maioria dos empreendedores sociais (71,43%) está acumulada entre 26 e 45 anos, ficando em uma faixa etária aproximada em relação ao exposto pelas pesquisas de Hisrich e Peters (2004) e GEM (2016), conforme mostra a Figura 19.

⁷ SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Estatísticas do empreendedorismo. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/ued.index.htm>.

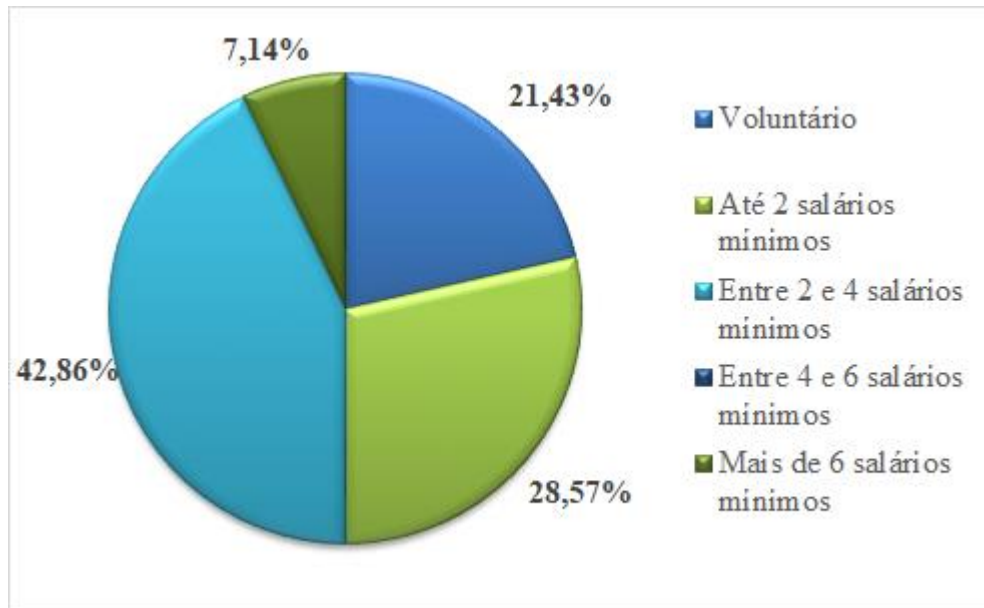
Figura 19 – Idade

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Como demonstrado pela Figura 19, os respondentes que possuem até 25 anos representam 7,14%, 42,86% possuem entre 26 e 35 anos, 28,57% possuem entre 36 e 45 anos, 7,14% possuem entre 46 e 55 anos e 14,29% possuem mais de 55 anos.

De acordo com o levantamento realizado, a maioria dos empreendedores sociais consultados informaram que são assalariados (78,57%), de acordo com a Figura 20.

Figura 20 – Remuneração

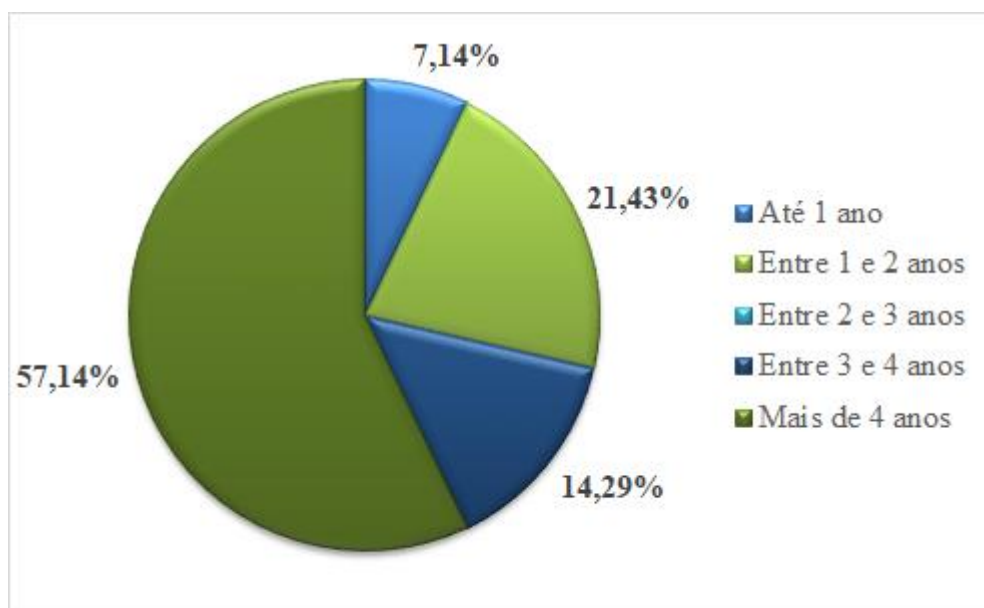


Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Conforme mostrado na Figura 20, 21,43% destes empreendedores sociais são voluntários, 28,57% recebem até 2 salários mínimos por mês, 42,86% recebem entre 2 e 4 salários mínimos por mês e 7,14% recebem mais de 6 salários mínimos por mês, não havendo quem receba entre 4 e 6 salários mínimos mensalmente.

Os participantes foram perguntados sobre há quanto tempo atuam na instituição que representam e os resultados são apresentados na Figura 21.

Figura 21 – Há Quanto Tempo Você Atua na Instituição?

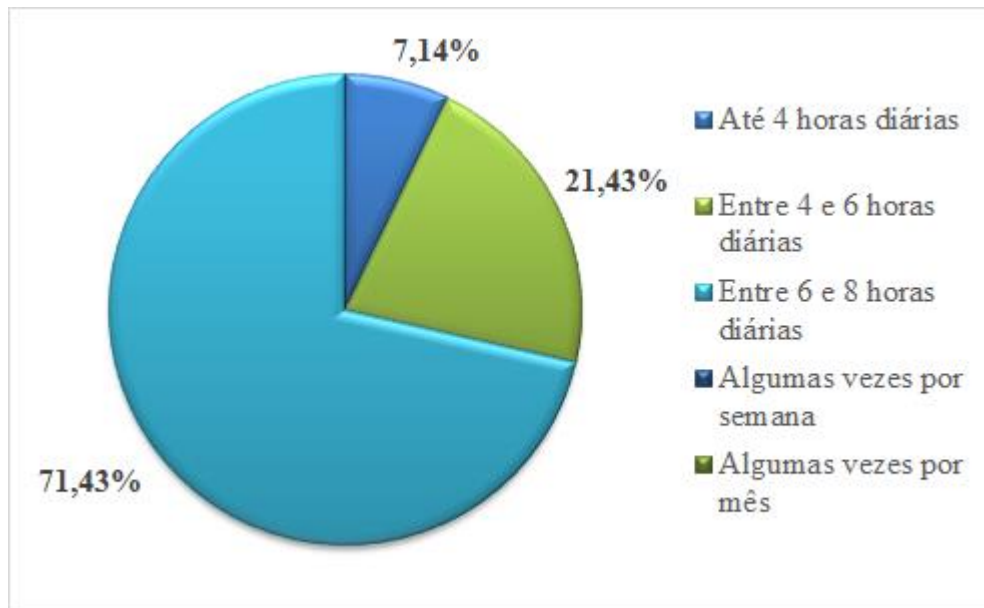


Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

De acordo com a Figura 21, 7,14% dos empreendedores sociais participantes atuam há até 1 ano na instituição que representam, 21,43% entre 1 e 2 anos, 14,29% entre 3 e 4 anos e a maioria (57,14%) há mais de 4 anos, não havendo quem atue na instituição há entre 3 e 4 anos.

Os participantes foram indagados também, em relação a quanto tempo disponibilizam para atuar na instituição, conforme a Figura 22.

Figura 22 – Quanto Tempo Você Disponibiliza Para Trabalhar na Instituição?



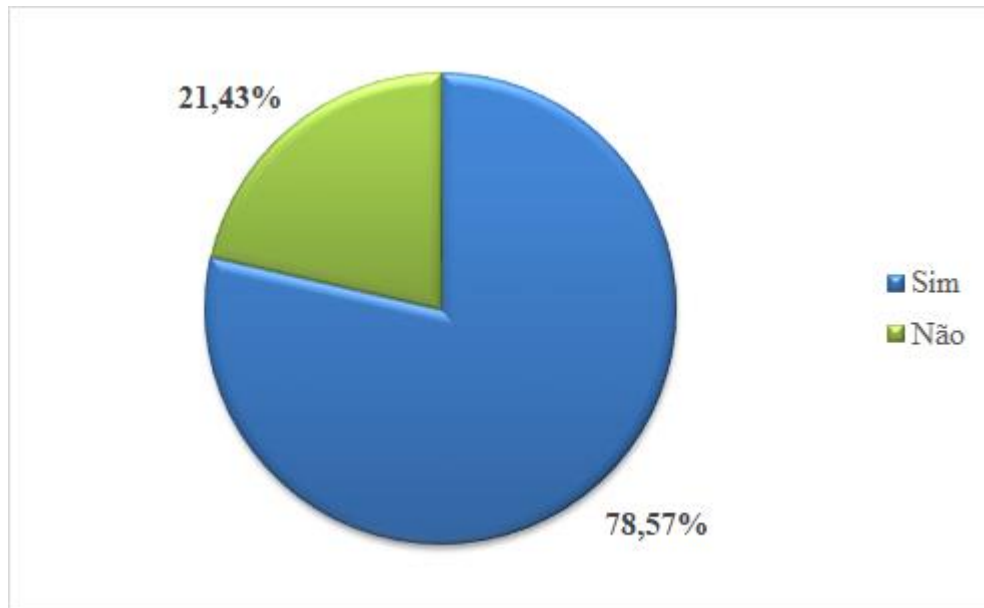
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Como mostra a Figura 22, a maioria dos participantes (71,43%) informou que disponibiliza entre 6 e 8 horas diárias para trabalhar na instituição, sendo que 21,43% disponibilizam entre 4 e 6 horas diárias e 7,14% até 4 horas diárias, não havendo quem atue apenas algumas vezes por semana ou algumas vezes por mês.

De acordo com Dornelas (2001), qualquer definição de empreendedor contempla pelo menos os seguintes aspectos: a iniciativa e paixão pelo que faz, a utilização dos recursos disponíveis de forma criativa e a aceitação dos riscos e possibilidade de fracasso.

Sendo assim, os respondentes foram questionados, se veem a si próprios como empreendedores, como mostra a Figura 23.

Figura 23 – Você se Considera um Empreendedor?



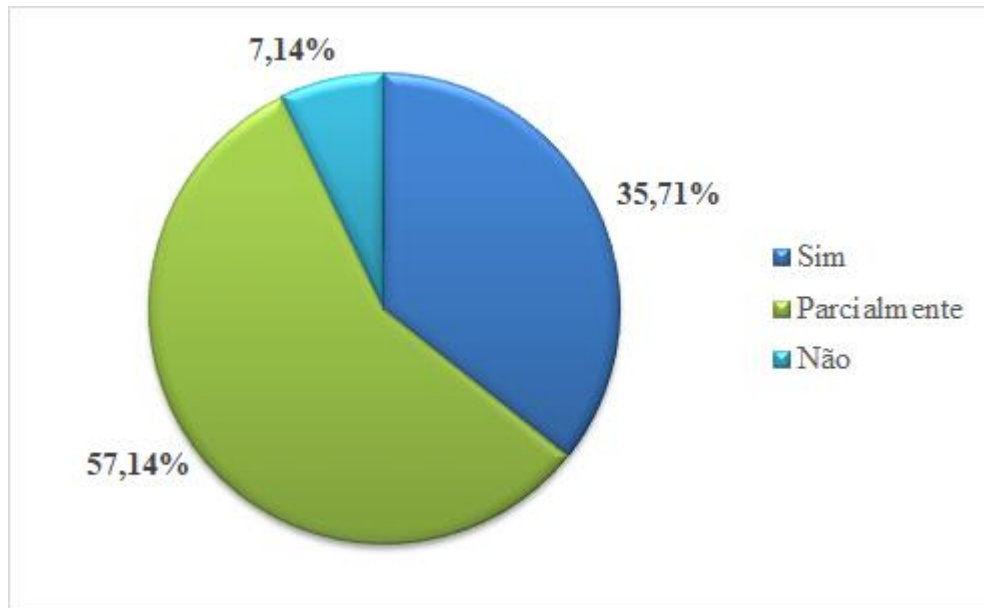
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Conforme demonstrado na Figura 23, a grande maioria dos participantes (78,57%) se considera empreendedor, sendo que a outra parte (21,43%) não se vê como empreendedor.

Oliveira (2004) ao falar sobre empreendedorismo social, afirma que apesar de se tratar de uma corrente recente na atual configuração e isso ainda gerar certa confusão em relação ao seu significado, são cada vez mais comuns as preocupações com esta temática.

Tal dificuldade em relação à definição de empreendedorismo social pode ser verificada nos resultados deste estudo, pois mais da metade dos respondentes afirmaram conhecer apenas parcialmente este conceito, como mostra a Figura 24.

Figura 24 – Você Conhece o Conceito de Empreendedorismo Social?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Conforme demonstrado na Figura 24, 35,71% dos participantes disseram conhecer o conceito de empreendedorismo social, enquanto a maioria (57,14%) afirmou conhecer parcialmente este conceito e apenas 7,14% informou não conhecer o conceito de empreendedorismo social.

Com o objetivo de entender as motivações que levaram os empreendedores sociais a atuarem em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG, foram feitas duas perguntas, onde o respondente ficou livre para escrever sua resposta de forma descritiva. A primeira pergunta foi como o mesmo ingressou no campo social e a segunda foi por que o mesmo escolheu trabalhar no campo social. As respostas de cada empreendedor social para estas perguntas estão descritas no Quadro 06.

Quadro 06 – Motivações dos Empreendedores Sociais

INSTITUIÇÃO	COMO VOCÊ INGRESSOU NO CAMPO SOCIAL?	POR QUE VOCÊ ESCOLHEU TRABALHAR NO CAMPO SOCIAL?
Abrigo Santa Helena	Há 40 anos, no " <i>Praesidium São Paulo</i> ", da Legião de Maria.	Fui escolhido.
Aldeias Infantis SOS Brasil	Atuando a princípio como psicólogo e voluntário em ONGs.	Realização pessoal, maior interação com o outro.
Amigos Mãos Abertas	Em 1993 tive a oportunidade de trabalhar na Legião da Boa Vontade em Jundiá - SP.	Primeiramente estava desempregado, com passar dos meses fui me apaixonando pelo trabalho de ajudar a quem precisa.
APAE JF	Trabalhava no escritório de contabilidade da instituição. Fui indicada por eles.	Não pensei em trabalhar nessa área, mas, ao entrar na instituição, percebi o quanto cada um pode fazer a diferença na vida das pessoas especiais. É uma lição de vida.
Associação de Assistência Social João Emílio	Através de participações em campanhas e outras atividades neste setor.	Este campo me interessa por poder trabalhar.
Associação dos Cegos	Cursando Serviço Social na UFJF.	Por afinidade.
CEPROM	Através de indicações de familiares.	É gratificante e aprendo mais a cada dia.
Educandário Carlos Chagas	Através da <i>Rotary International</i> .	Necessidade de ajudar o próximo efetivamente, atuando diretamente na melhora da política de assistência social e não apenas fazendo assistencialismo.
Fundação Maria Mãe	Depois que me mudei de BH para Juiz de Fora, tinha tempo e vontade disponível para trabalhar nesse campo.	Gosto de gente, de cuidar, servir e aprender com as pessoas. É uma escola viva.
Instituto Bruno	Convite para vir trabalhar na instituição.	Porque é muito gratificante saber que o que fazemos é para ajudar pessoas.
Instituto Casa Vida	Através da faculdade que cursei.	Porque gosto de trabalhar nessa área.
Instituto Vitória	Através da minha filha especial infelizmente faleceu, mais deixou um legado que precisa muito de ajuda.	Por causa da minha filha que foi vítima de erro médico e de ver o sofrimento das mães que tem filhos especiais.
Legião da Boa Vontade	Quando fui trabalhar como operadora de telemarketing na captação de recursos para manter obra social.	Característica pessoal de querer ajudar a sociedade a melhorar, ter perspectiva de vida.
Obra Social Padre Nilton Fagundes Hauck	Desde mais nova já atuava no campo social voluntariamente. Na faculdade (psicologia) minha formação tendia para o social e logo quando formei fui convidada pela Congregação Redentorista a implantar este projeto no bairro Retiro.	Acredito que trabalhar no social vai além de uma escolha, pois somente quem se sente inconformado com a desigualdade social se sustenta neste meio. Sendo assim, acredito que há pessoas vocacionadas a querer transformar a sociedade.

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Conforme mostra o Quadro 06, no que diz respeito a como os respondentes ingressaram no campo social, percebe-se que a maioria ingressou nessa área de atuação através de sua formação acadêmica ou através de sua profissão, uma parte ingressou através de indicações para o cargo atual, há ainda (em menor quantidade) aqueles que ingressaram nessa área através de sua atuação em organizações religiosas, voluntariado e que por motivos pessoais fundaram a instituição.

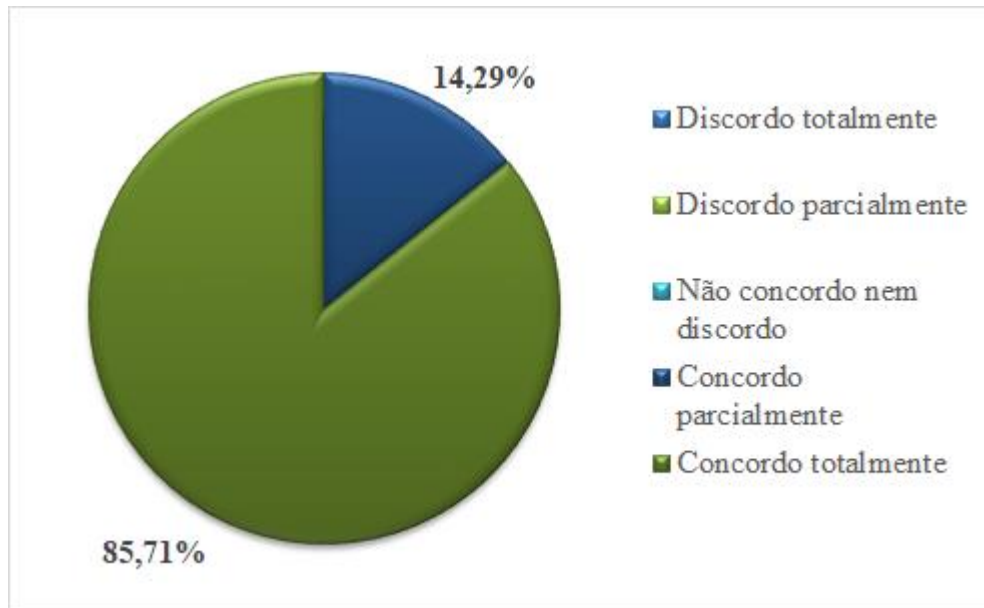
Ainda conforme o Quadro 06, no que diz respeito ao porque dos participantes do estudo terem escolhido trabalhar no campo social, percebe-se que todos os participantes do estudo disseram ter escolhido o campo social por questões pessoais, sendo aqueles que fizeram essa escolha por necessidade e se apaixonaram pela área posteriormente, ou aqueles que já fizeram a escolha com o intuito de obter uma realização pessoal, através da ajuda ao próximo.

Os respondentes foram questionados em relação ao seu nível de concordância no que diz respeito à importância de seu trabalho para a instituição ser bem-sucedida, ao impacto social causado pelo seu trabalho, à possibilidade de crescimento profissional no campo social e ao comportamento ético da instituição. Os resultados são apresentados nas Figuras 25, 26, 27 e 28.

Para Vasconcelos e Lezana (2012): “O empreendedor social figura como promotor e agente principal das ações sociais do empreendimento”.

Confirmando esta afirmação, no presente estudo, todos os empreendedores sociais mostraram concordância com a afirmação de que seu trabalho na instituição é importante para que ela seja bem-sucedida, conforme mostra a Figura 25.

Figura 25 – Seu Trabalho na Instituição é Importante Para Que Ela Seja Bem-sucedida?



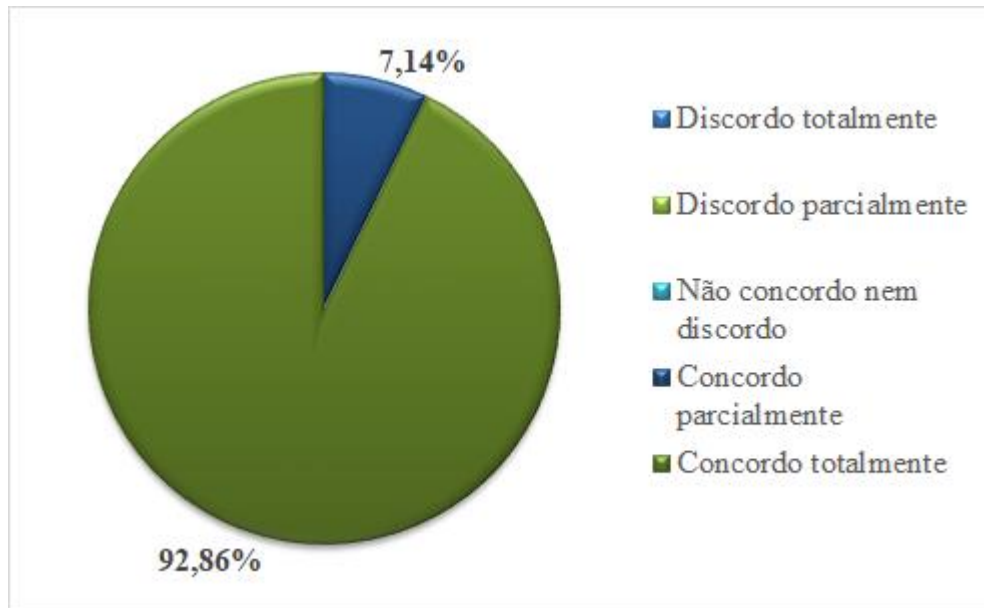
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

De acordo com a Figura 25, a maioria (85,71%) afirmou que concorda totalmente e 14,29% disse que concorda parcialmente, não havendo quem discorde ou tenha posicionamento indiferente à afirmação.

O empreendedor social é aquele que busca gerar impacto social dentro de uma comunidade. (CRUZ, 2007)

Confirmando tal afirmação, todos os respondentes mostraram concordância com a afirmação de que seu trabalho na instituição causa impacto social na comunidade em que está inserida, como mostra a Figura 26.

Figura 26 – Seu Trabalho na Instituição Causa Impacto Social na Comunidade em Que Está Inserida?

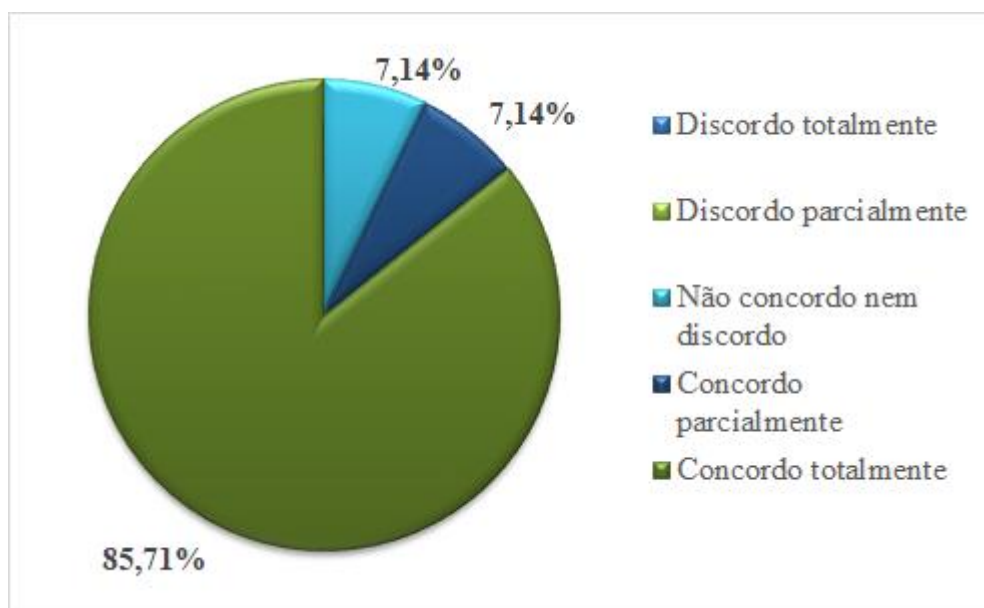


Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

De acordo com a Figura 26, a grande maioria (92,86%) afirmou que concorda totalmente com a afirmação e 7,14% que concorda parcialmente, não havendo quem discorde ou tenha posicionamento indiferente à afirmação.

Com relação à afirmação de que trabalhar no campo social possibilita um crescimento profissional, a grande maioria demonstrou concordância, porém uma pequena parte se mostrou indiferente à afirmação, como demonstra a Figura 27.

Figura 27 – Trabalhar no Campo Social Possibilita um Crescimento Profissional?



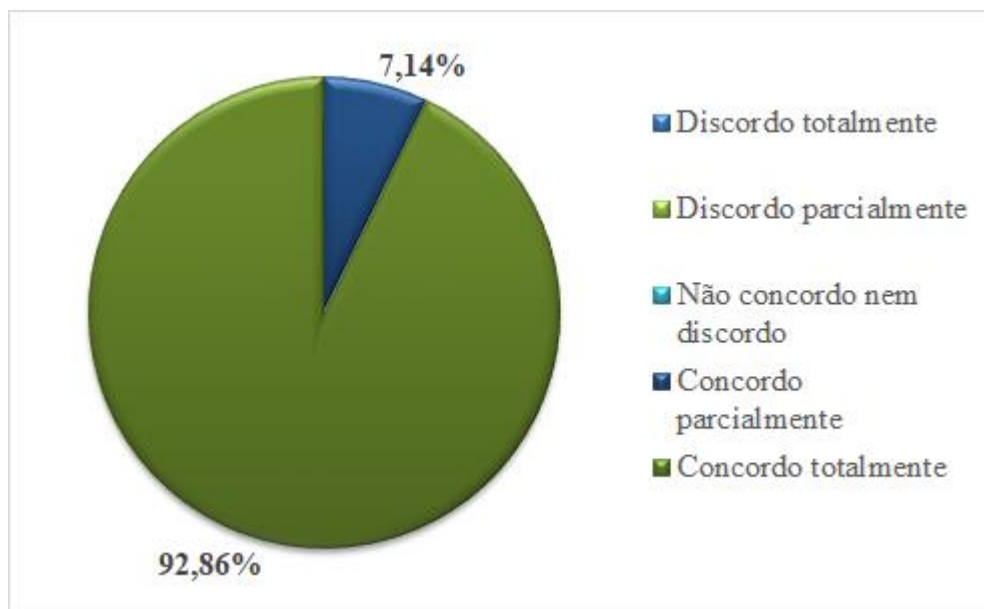
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Conforme demonstrado na Figura 27, 85,71% concordam totalmente com a afirmação, 7,14% concordam parcialmente e 7,14% não concordam nem discordam, não havendo quem discorde parcialmente ou totalmente da afirmação.

No contexto atual em que se encontra o empreendedorismo, deve-se dar destaque à necessidade de comportamento ético do empreendedor, a como o mesmo julga o que é certo, apropriado, legítimo e justo. (HISRICH; PETERS, 2004)

Confirmando tal importância, todos os respondentes demonstraram concordância com a afirmação de que a instituição em que trabalham tem um comportamento ético, como ilustra a Figura 28.

Figura 28 – A Instituição em Que Você Trabalha Tem um Comportamento Ético?



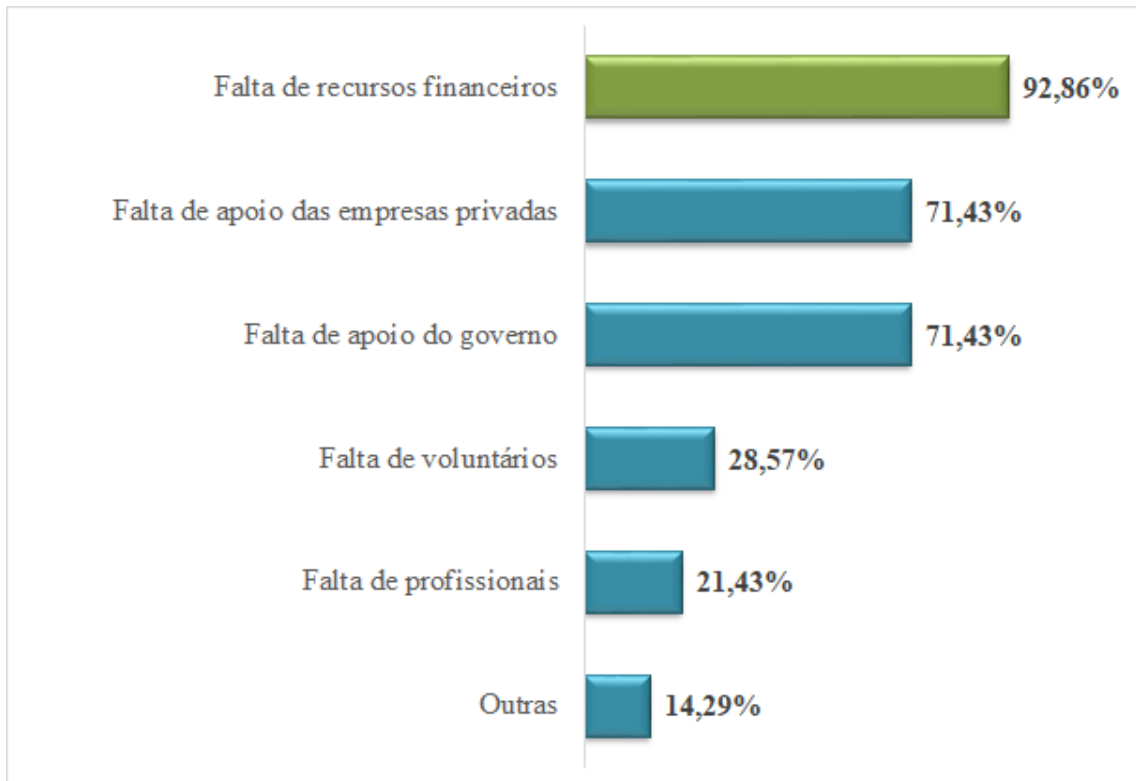
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Como mostra a Figura 28, a maioria dos respondentes (92,86%) concorda totalmente com a afirmação e 7,14% concorda parcialmente, não havendo quem seja indiferente ou quem não concorde com o que foi afirmado.

As Figuras 29, 30, 31, 32, 33 e 34 demonstram os resultados das questões em que o empreendedor poderia escolher mais de uma alternativa (onde são apresentadas as dificuldades, conhecimentos, habilidades, competências, posturas e requisitos para se começar um novo empreendimento social que acham mais importantes), considerou-se como principais e que portanto fazem parte do perfil a ser traçado, aquelas respostas que apareceram acima do 3º quartil (75% dos questionários), estando as mesmas destacadas na cor verde.

Todas as instituições que participaram deste estudo são sem fins lucrativos, dependem de outras organizações, bem como de pessoas para o seu funcionamento diário. Tendo em vista tal condição, os empreendedores sociais foram questionados sobre quais as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia da instituição, a Figura 29 expõe suas respostas.

Figura 29 – Quais as Principais Dificuldades Enfrentadas no Dia a Dia da Instituição?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

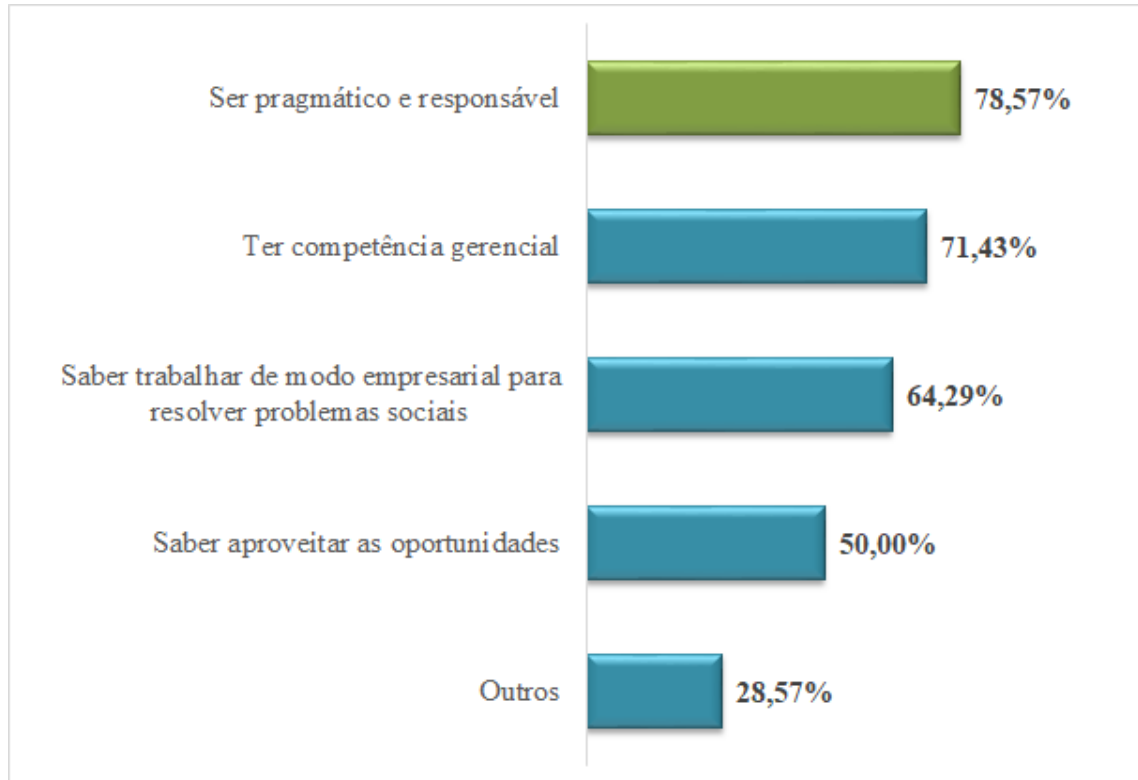
De acordo com a Figura 29, a principal dificuldade enfrentada no dia a dia das instituições estudadas é a falta de recursos financeiros, que foi citada por 92,86% dos respondentes.

Em seguida, aparecendo em 71,43% das respostas vem a falta de apoio das empresas privadas e também a falta de apoio do governo. Posteriormente, aparecem a falta de voluntários em 28,57% dos questionários e a falta de profissionais em 21,43%.

Em 14,29% dos questionários foram apresentadas outras dificuldades como sendo as principais enfrentadas no dia a dia das instituições, sendo apontadas também a falta de aceitação e doação para o público alvo com que a instituição trabalha (no caso em questão trata-se de uma instituição que presta assistência social a adultos carentes e desabrigados) e a falta de boa vontade (no caso em questão trata-se de uma instituição que presta atenção a pessoas com deficiência).

Os empreendedores sociais foram questionados sobre quais os principais conhecimentos que julgam necessários para se trabalhar no campo social, a Figura 30 mostra suas respostas.

Figura 30 – Quais São os Principais Conhecimentos Necessários Para se Trabalhar no Campo Social?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

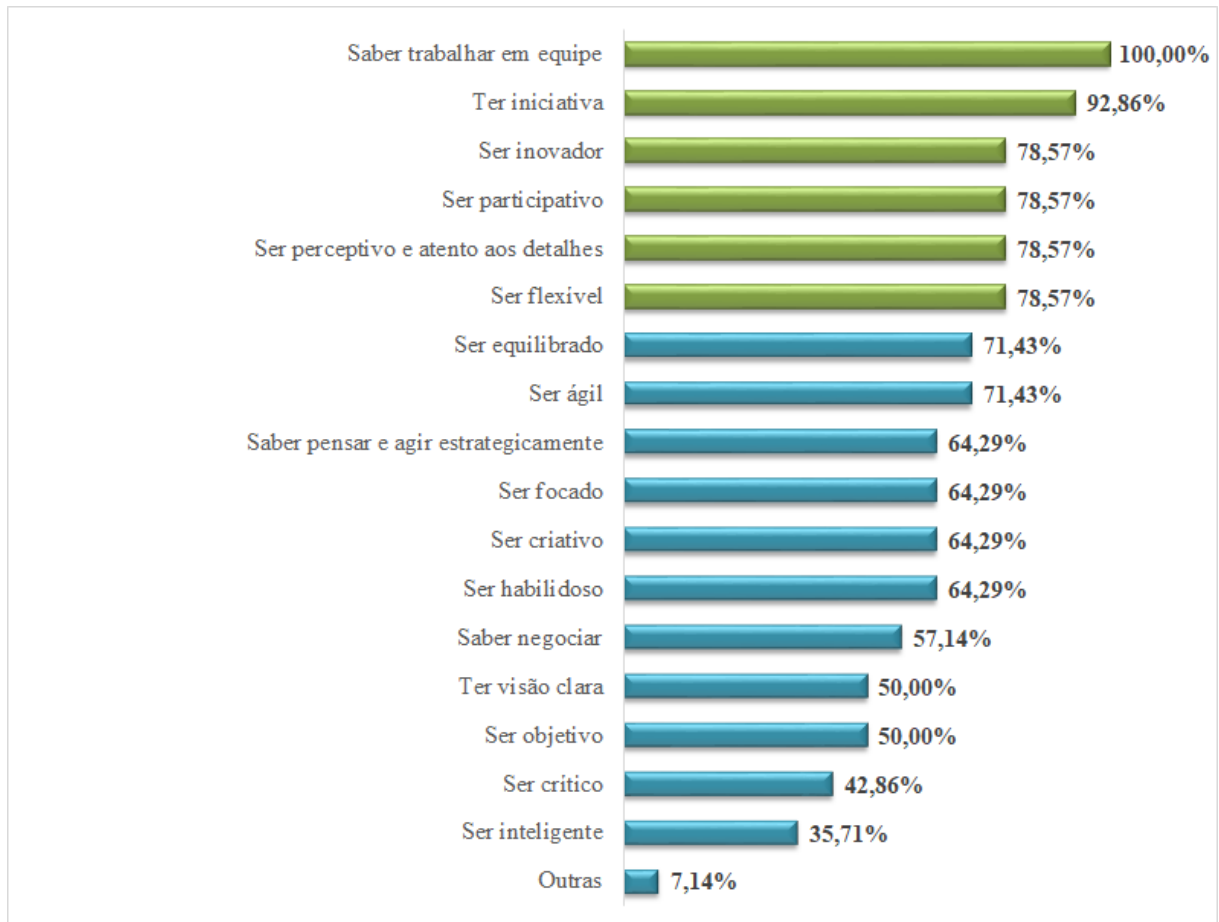
Conforme demonstrado na Figura 30, o principal conhecimento necessário para se trabalhar no campo social, segundo 78,57% dos empreendedores sociais, é saber ser pragmático e responsável.

Em segundo plano aparece com 71,43% das respostas: ter competência gerencial, em seguida aparecem com 64,29% dos respondentes, saber trabalhar de modo empresarial para resolver problemas sociais e para 50% saber aproveitar as oportunidades.

Em 28,57% dos questionários, foram citados outros conhecimentos como sendo os principais necessários para se trabalhar no campo social, sendo apontados também: saber inovar, ter amor ao próximo, gostar do que faz, ter sensibilidade, buscar conhecimento (capacitação) e saber como se doar sem pensar em si.

Os empreendedores sociais foram questionados sobre quais as principais habilidades que julgam necessárias para se trabalhar no campo social, a Figura 31 mostra suas opiniões.

Figura 31 – Quais São as Principais Habilidades Necessárias Para se Trabalhar no Campo Social?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

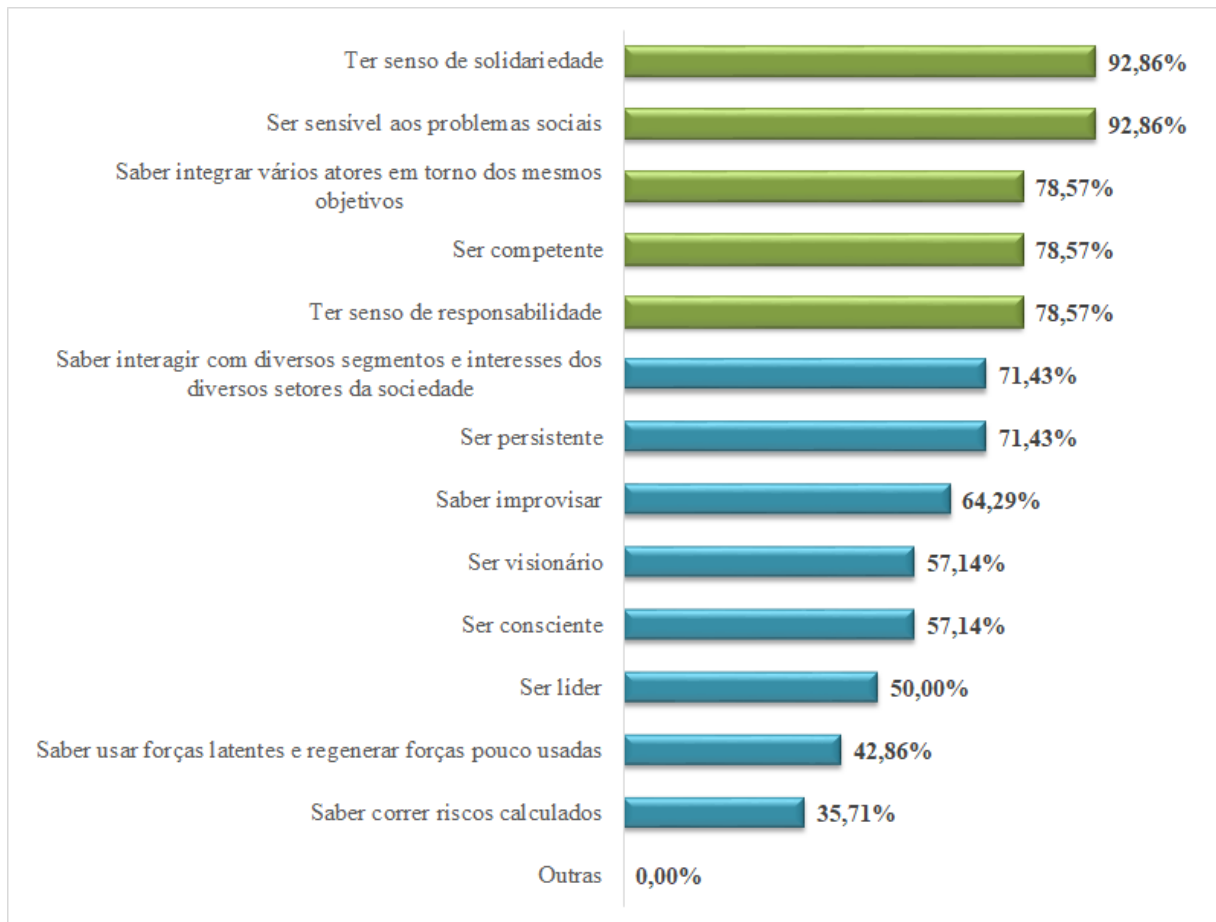
De acordo com a Figura 31, as principais habilidades necessárias para se trabalhar no campo social são saber trabalhar em equipe (que foi citada por todos os respondentes) e ter iniciativa (92,86% dos respondentes). Ainda em posição de destaque, apareceram em 78,57% dos questionários: ser inovador, ser participativo, ser perceptivo e atento aos detalhes e ser flexível.

Posteriormente, em 71,43% foram citadas: ser equilibrado e ser ágil, em 64,29%: saber pensar e agir estrategicamente, ser focado, ser criativo e ser habilidoso, em 57,14% foi citada a habilidade de saber negociar, em 50% foram citadas ter visão clara e ser objetivo, a habilidade de ser crítico apareceu em 42,86% das respostas e por fim, ser inteligente em 35,71%.

Em 7,14% dos questionários foram apontadas outras habilidades, sendo citadas as habilidades de sabedoria e sensibilidade.

Os empreendedores sociais foram questionados sobre quais as principais competências que julgam necessárias para se trabalhar no campo social, suas respostas são descritas na Figura 32.

Figura 32 – Quais as Principais Competências Necessárias Para se Trabalhar no Campo Social?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

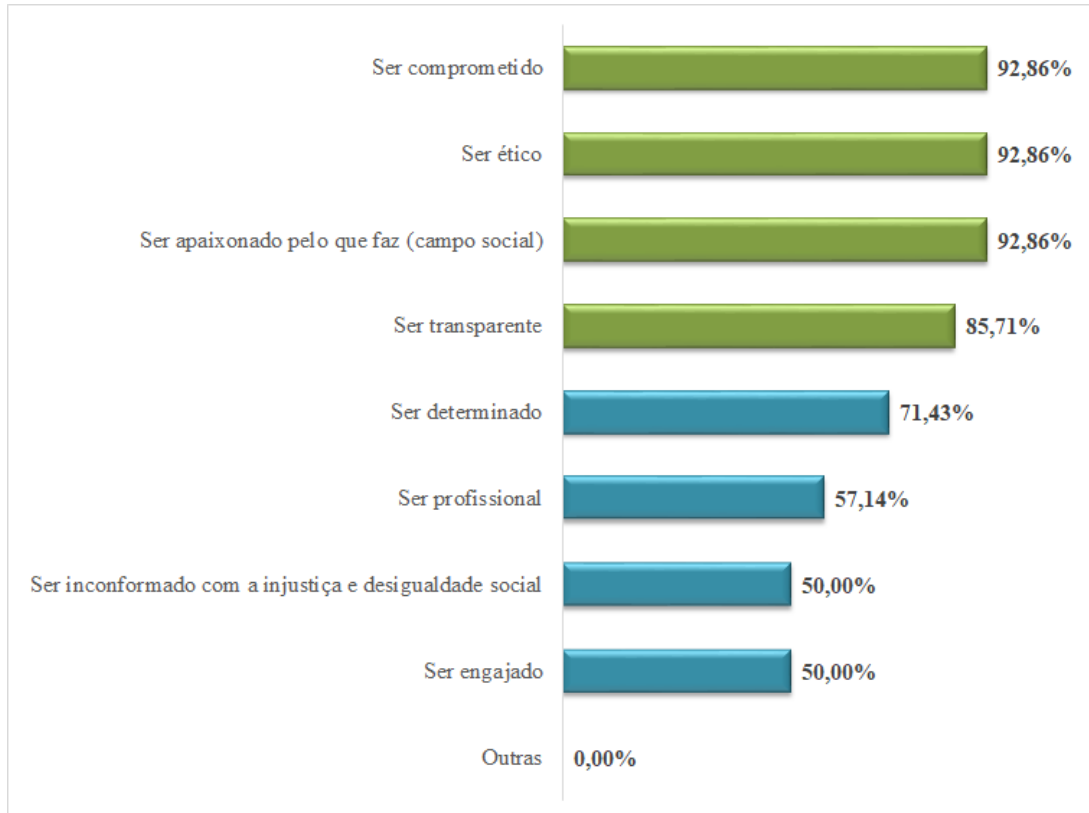
Conforme mostra a Figura 32, as principais competências apontadas pelos empreendedores sociais como necessárias para se trabalhar no campo social foram ter senso de solidariedade e ser sensível aos problemas sociais, estando presentes em 92,86% das respostas. Os participantes apontaram ainda em 78,57% dos questionários, as competências de saber integrar vários atores em torno dos mesmos objetivos, ser competente e ter senso de responsabilidade.

Citaram ainda, em 71,43% das respostas, as competências de saber interagir com diversos segmentos e interesses dos diversos setores da sociedade, e ser persistente. Posteriormente, em 64,29% das respostas foi citada a competência de saber improvisar, em 57,14% foram citadas ser visionário e ser consciente, ser líder foi citada em 50%, saber usar forças latentes e regenerar forças pouco usadas em 42,86% e por fim, saber correr riscos calculados em 35,71%.

Não foram apontadas outras competências por parte dos empreendedores sociais.

Os empreendedores sociais foram questionados sobre quais as principais posturas que julgam necessárias para se trabalhar no campo social, sendo suas respostas demonstradas na Figura 33.

Figura 33 – Quais são as Principais Posturas Necessárias Para se Trabalhar no Campo Social?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Como mostra a Figura 33, as principais posturas apontadas pelos empreendedores sociais, como necessárias para se trabalhar no campo social foram: ser comprometido, ser ético e ser apaixonado pelo que faz (campo social), estando as mesmas presentes em 92,86% das respostas. Em 85,71% dos questionários, ser transparente foi considerada como uma postura necessária.

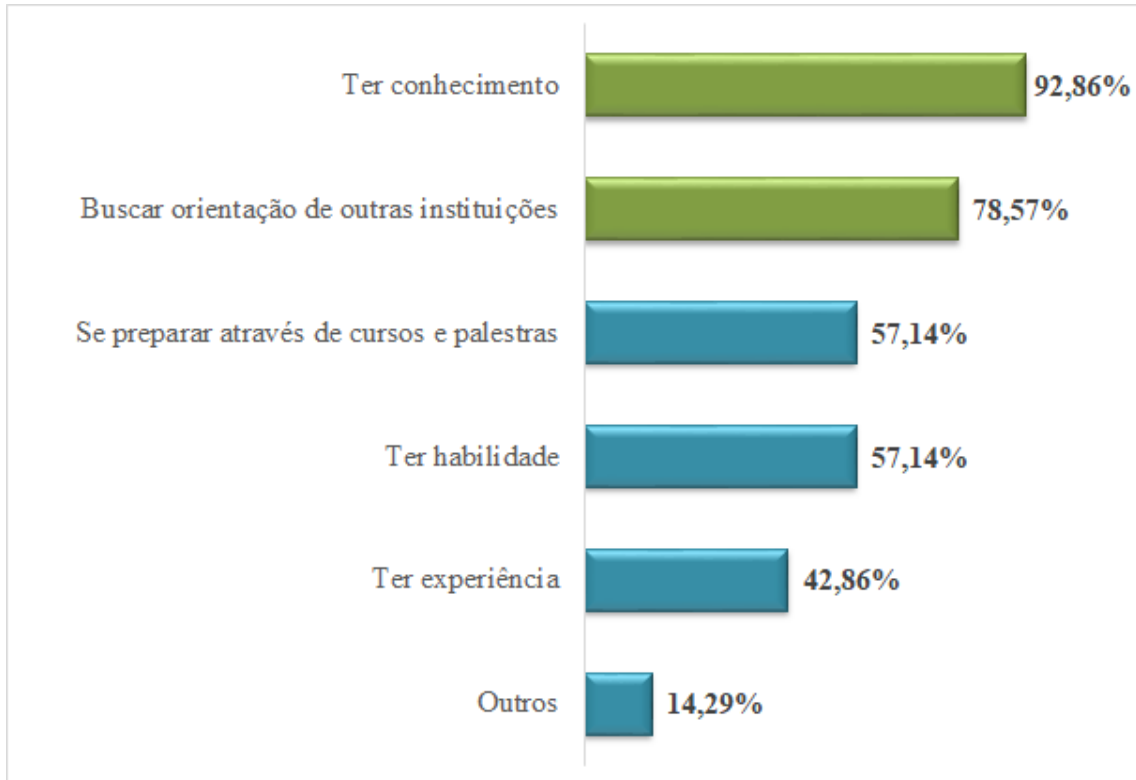
Para 71,43% dos respondentes é necessária a postura de ser determinado. Posteriormente, ser profissional aparece em 57,14% das respostas e em 50% foram apontadas ser inconformado com a injustiça e desigualdade social, e ser engajado.

Não foram apontadas outras posturas por parte dos empreendedores sociais.

As definições de empreendedorismo e empreendedor podem por vezes se misturar, pois estão intimamente interligadas. Entretanto, vale ressaltar que o empreendedorismo é uma ação e empreendedor é o indivíduo que pratica esta ação. (TSUFA, 2009)

Tomando o empreendedor social como o responsável pela criação de novos empreendimentos sociais, eles foram questionados em relação aos requisitos necessários para se começar um novo empreendimento social, tendo suas respostas mostradas na Figura 34.

Figura 34 – Quais São os Requisitos Necessários Para Começar um Novo Empreendimento Social?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor (2017).

Conforme mostra a Figura 34, a maioria dos respondentes consideram que o principal requisito para começar um novo empreendimento social é ter conhecimento (92,86% das respostas), 78,57% dos empreendedores sociais, consideram importante também buscar orientação de outras instituições.

Posteriormente, foram citadas por 57,14% dos participantes, a necessidade de se preparar através de cursos e palestras, e de ter habilidade, por fim, 42,86% consideram necessário ter experiência.

Em 14,29% dos questionários foram apontados outros requisitos, sendo citados: vontade, determinação, ousadia e estar aberto a novos desafios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a pouca visibilidade que a temática social possui no âmbito da administração, o presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou colocar em discussão o papel do empreendedor em um outro contexto que não o mundo dos negócios tradicional, sua atuação no campo social. Sendo assim, no presente estudo, buscou-se descrever o perfil dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG.

No decorrer do trabalho, foram feitas considerações a respeito do Terceiro Setor (principal local de atuação do empreendedor social), do empreendedorismo (origem do empreendedorismo social) e do empreendedorismo social (resultado da ação do empreendedor social), afim de contextualizar o objeto de estudo ao cenário em que está inserido.

Nesse sentido, este trabalho se mostra como uma oportunidade de dar atenção a um tema academicamente pouco explorado, porém de grande relevância no contexto atual. Além disso, ao se considerar a importância do empreendedor social em meio ao Terceiro Setor, instituições sem fins lucrativos e na sociedade em si, abordar o perfil destes indivíduos pode trazer benefícios para outros empreendedores e até mesmo para as instituições em que atuam.

Considerando o objetivo de identificar as características dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora – MG, com base nos resultados obtidos, percebe-se que: a maioria dos empreendedores sociais participantes ocupam o cargo de presidência das instituições em que atuam, são em sua maioria do sexo feminino, possuem em geral entre 26 e 35 anos, recebem remuneração entre 2 e 4 salários mínimos mensais, atuam na instituição há mais de 4 anos, disponibilizando diariamente, entre 6 e 8 horas para trabalhar na mesma. Os mesmos se consideram indivíduos empreendedores, porém conhecem apenas parcialmente o conceito de empreendedorismo social. Os empreendedores sociais concordam que seu trabalho na instituição é importante para que ela seja bem-sucedida e que causa impacto na comunidade em que a mesma está inserida, concordam também que trabalhar no campo social possibilita um crescimento profissional e que a instituição em que atuam tem um comportamento ético.

Ao buscar entender as motivações que levaram os empreendedores sociais a atuarem em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora – MG, percebeu-se que os mesmos escolheram atuar no campo social por questões pessoais, sejam essas, questões de necessidade, como a oportunidade de um emprego como outro qualquer ou questões de oportunidade, como encontrar no campo social uma forma de atingir uma realização pessoal.

Com o intuito de identificar, oportunidades de desenvolvimento individual dos empreendedores sociais que atuam em instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora – MG, apresentou-se: (1) Principal dificuldade enfrentada: a falta de recursos financeiros, o que indica a necessidade da concentração dos esforços dos empreendedores sociais em formas para a captação destes recursos; (2) Principal conhecimento necessário para se trabalhar no campo social: ser pragmático e responsável; (3) Principais habilidades para se trabalhar no campo social: saber trabalhar em equipe, ter iniciativa, ser inovador, ser participativo, ser perceptivo e atento aos detalhes e ser flexível; (4) Principais competências para se trabalhar no campo social: ter senso de solidariedade, ser sensível aos problemas sociais, saber integrar vários atores em torno dos mesmos objetivos, ser competente e ter senso de responsabilidade; (5) Principais posturas para se trabalhar no campo social: ser apaixonado pelo que faz (campo social), ser comprometido, ser ético e ser transparente; (6) Requisitos necessários para se começar um novo empreendimento social: ter conhecimento e buscar orientação de outras instituições.

Com isso, conclui-se que a hipótese considerada como ponto de partida e possível perfil destes empreendedores sociais (o perfil traçado por Oliveira (2004), que se baseia em conhecimentos, habilidades, competências e posturas, como mostrado no Quadro 05), foi confirmada apenas parcialmente, tendo em vista que apesar de em alguns pontos os respondentes concordarem fortemente com o que foi proposto por Oliveira (2004) (como foi o caso da habilidade de saber trabalhar em equipe que foi apontada em 100% das respostas), em outros a discordância foi igualmente expressiva (como a habilidade de ser inteligente e a competência de saber correr riscos calculados, apontadas em apenas 35,71%).

Vale ressaltar, que apesar de ter sido utilizado como hipótese do presente estudo, o perfil dos empreendedores traçado por Oliveira (2004) possui traços de idealização. Weber (1979) defende que se obtém um tipo ideal quando se acentua unilateralmente um ponto de vista em relação a determinado fenômeno, ordenando os pontos de vista escolhidos de forma a favorecer um pensamento homogêneo. Tendo em vista o que é exposto por Weber (1979), percebe-se que no perfil traçado por Oliveira (2004), não aparecem elementos contraditórios ao que é mostrado, todas as características são idealizadas de forma a elevar o empreendedor ao patamar de um semideus, o que não se comprova na realidade, conforme mostram os resultados desta pesquisa, onde os próprios empreendedores mostram que determinadas características apontadas não são importantes quando se trata do campo social, como por exemplo, saber correr riscos calculados, ser inteligente, ter experiência, saber usar forças latentes e regenerar forças pouco usadas, ser objetivo, ser líder, dentre outras.

Destaca-se ainda que esta pesquisa teve algumas limitações, como: a baixa representatividade da amostra, que não permite que os resultados sejam extrapolados para todo o universo; a escassez de material acadêmico sobre o tema, seja no sentido de poucas publicações sobre o perfil do empreendedor social e do empreendedorismo social em si, ou da falta de tal material nas bibliotecas da FACC e da UFJF de modo geral; a dificuldade de acesso a instituições de maior porte e renome na cidade de Juiz de Fora – MG, que por vezes, demonstraram imensa burocracia, falta de interesse e forte hierarquização.

Por fim, é importante realizar a sugestão de novas pesquisas nesse campo, pois o mesmo é de grande importância e não vem recebendo a atenção merecida, principalmente pelos teóricos da administração. Sendo assim, sugiro que novas pesquisas sejam realizadas considerando as três dimensões de atuação do empreendedor social propostas por Ferreira (2003): (1) estudo com uma amostragem maior das instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora – MG, focado na questão de gênero, afim de confirmar se a supremacia feminina nesta área se confirma, conforme identificado na amostra do presente estudo (dimensão individual); (2) estudo de caso focado em uma ou poucas instituições, visando entender o papel do empreendedor social junto à mesma ou a relação entre ambos (dimensão grupal / organizacional); (3) estudo para identificar os impactos das ações do empreendedor social e das instituições sem fins lucrativos na cidade de Juiz de Fora – MG (dimensão ambiental).

REFERÊNCIAS

- ALVORD, S. H.; BROWN, L. D.; LETTS, C. W. Social entrepreneurship and societal transformation: an exploratory study. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 40, n. 3, p. 260-282, 2004.
- ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 281 p.
- ANDRADE, D. C. T. de; COSTA, D. M. D.; VASCONCELOS, V. N. de S. A.; RAMOS, H. R. Empreendedorismo e economia solidária: um ensaio de suas convergências e divergências. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDAÇÃO**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 175-186, 2016.
- AREM, L. S. **Gestão de empreendedorismo social: o caso da AVOSOS – Aracaju**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2008.
- AUSTIN, J.; STEVENSON, H. WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both?. **Entrepreneurship: Theory and Practice Journal**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.
- BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L. Formação do enfermeiro pelo olhar do empreendedorismo social. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 242-248, 2009.
- CASAQUI, V. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. **Galáxia (São Paulo, Online)**, n. 29, p. 44-56, 2015.
- COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão pública**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 76 p.
- CRUZ, R. da C. **Empreendedorismo social: uma abordagem sobre a questão de gênero no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- De KLERK, G. J.; KRUGER, S. The driving force behind entrepreneurship: an exploratory perspective. Disponível em: <https://www.kmu-hsg.ch/rencontres/IGW_Rencontres/BAND2002_WEB/F_04_deKlerk.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- DEES J. G. O significado do “empreendedorismo social”. Tradução de Victor Ferreira. Disponível em: <<http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 299 p.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship):** prática e princípios. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 378 p.

FARAH, O. E.; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P. (Orgs.) **Empreendedorismo estratégico:** criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 251 p.

FÉLIX, S.; ALVES, L.; SIRGHI, V. (Orgs.) **Manual de empreendedorismo social:** uma abordagem sistêmica. Caldas da Rainha - Portugal: AIRO, 2012. 168 p.

FERNANDES, R. C. O que é o terceiro setor?. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 18, p. 26-30, 1997.

FERREIRA, J. A. **Formação de empreendedores:** proposta de abordagem metodológica tridimensional para a identificação do perfil do empreendedor. 2003. Dissertação (Pós-graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo terceiro setor. In: ENCONTRO DA REDE DE PESQUISAS SOBRE O TERCEIRO SETOR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1., 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999. 200 p.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil - 2016. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/941a51dd04d5e55430088db11a262802/\\$File/7592.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/941a51dd04d5e55430088db11a262802/$File/7592.pdf)>. Acesso em 26 out. 2017.

GERBER, M. E. **Empreender fazendo a diferença.** São Paulo: Fundamento, 2004. 176 p.

GRISI, F. C. **Empreendedorismo social:** uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 592 p.

JUIZ DE FORA. Conselho Municipal de Assistência Social. Entidades formalmente regulares. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/cmas/entidades/regulares.php>>. Acesso em: 09 set. 2017.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

KUYUMJIAN, R.; SOUZA, E. M. de; SANT'ANNA, S. R. de. Uma análise a respeito do desenvolvimento local: o empreendedorismo social no Morro do Jaburu - Vitória (ES), Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1503-1524, 2014.

LEITE, A. de F. M. **Empreendedorismo feminino: uma análise a partir das perspectivas da educação e das relações de gênero.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, 2004.

MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 713 p.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social e a cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 190 p.

NOVAES, M. B. C. de; GIL, A. C. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 134-160, 2009.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

REIS, T. Unleashing the new resources and entrepreneurship for the common good: a scan, synthesis and scenario for action. Disponível em: <<https://www.issuelab.org/resources/11505/11505.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da publicação nacional e internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v.3, n. 1, p. 85-105, 2014.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. Tradução de Andrés Pablo Falconer e Alexandre Lucas Cukier. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria e política do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 168 p. (Os economistas).

SILVA, P. C. R. da. Práticas sustentáveis de empreendedorismo social. Disponível em: <<http://agildoc.com/wp-content/uploads/2017/07/PR%C3%81TICAS-SUSTENT%C3%81VEIS-DE-EMPREENDEDORISMO-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SILVA, J. W. F. da; OLIVEIRA, S. M. Empreendedorismo social: potencialidade do perfil empreendedor dos gestores de instituições sem fins lucrativos. **Revista Diálogos e Ciências**, Salvador, ano 16, n. 38, p. 30-59, 2016.

TACHIZAWA, T.; FARIA, M. de S. **Criação de negócios: gestão de micro e pequenas empresas.** Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 288 p.

TEIXEIRA, R. M.; SCHETTINO, G. C.; RODRIGUES, A. P.; MENDES, J. E. Empreendedorismo social e economia solidária: o caso da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE). **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 36-47, 2010.

TSUFA, E. **Empreendedorismo governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 110 p.

VASCONCELOS, A. M. de; LEZANA, A. G. R. Modelo de ciclo de vida de empreendimentos sociais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 1037-1058, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 90 p.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 530 p.

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário**QUESTIONÁRIO**

Meu nome é Bruno Silveira de Nazareth, sou formando em Administração na Universidade Federal de Juiz de Fora e estou realizando uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo deste questionário é identificar as características e motivações dos empreendedores sociais que atuam nas instituições sem fins lucrativos de Juiz de Fora - MG. Este questionário possui caráter confidencial e suas informações serão preservadas.

Nome: _____ **E-mail:** _____

Instituição: _____ **Cargo:** _____

PERGUNTAS:

1- Sexo:

Masculino Feminino

2- Idade:

Até 25 anos Entre 46 e 55 anos
 Entre 26 e 35 anos Mais de 55 anos
 Entre 36 e 45 anos

3- Remuneração:

Voluntário Entre 4 e 6 salários mínimos
 Até 2 salários mínimos Mais de 6 salários mínimos
 Entre 2 e 4 salários mínimos

4- Há quanto tempo você atua na instituição?

Até 1 ano Entre 3 e 4 anos
 Entre 1 e 2 anos Mais de 4 anos
 Entre 2 e 3 anos

5- Quanto tempo você disponibiliza para trabalhar na instituição?

Até 4 horas diárias Algumas vezes por semana
 Entre 4 e 6 horas diárias Algumas vezes por mês
 Entre 6 e 8 horas diárias

6- Você se considera um empreendedor?

Sim Não

7- Você conhece o conceito de empreendedorismo social?

Sim Parcialmente Não

8- Como você ingressou no campo social?

9- Por que você escolheu trabalhar no campo social?

10- Assinale com um X de acordo com o nível de concordância em relação a cada uma das afirmações a seguir:

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
(a) Seu trabalho na instituição é importante para que ela seja bem-sucedida.					
(b) Seu trabalho na instituição causa impacto social na comunidade em que está inserida.					
(c) Trabalhar no campo social possibilita um crescimento profissional.					
(d) A instituição em que você trabalha tem um comportamento ético.					

Nas próximas perguntas (11 a 16), marque quantas opções achar necessário:

11- Quais as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia da instituição?

- Falta de recursos financeiros Falta de profissionais
 Falta de apoio das empresas privadas Falta de apoio do governo
 Falta de voluntários
 Outras: _____

12- Quais são os principais conhecimentos necessários para se trabalhar no campo social?

- Saber trabalhar de modo empresarial para resolver problemas sociais
 Saber aproveitar as oportunidades Ter competência gerencial
 Ser pragmático e responsável
 Outros: _____

13- Quais são as principais habilidades necessárias para se trabalhar no campo social?

- Ter visão clara Ter iniciativa
 Ser equilibrado Ser participativo
 Saber trabalhar em equipe Saber negociar
 Saber pensar e agir estrategicamente Ser perceptivo e atento aos detalhes
 Ser ágil Ser criativo
 Ser crítico Ser flexível
 Ser focado Ser habilidoso
 Ser inovador Ser inteligente
 Ser objetivo
 Outras: _____

14- Quais são as principais competências necessárias para se trabalhar no campo social?

- Saber usar forças latentes e regenerar forças pouco usadas
 Saber integrar vários atores em torno dos mesmos objetivos
 Saber interagir com diversos segmentos e interesses dos diversos setores da sociedade
 Ser visionário Ter senso de responsabilidade
 Ter senso de solidariedade Ser sensível aos problemas sociais
 Ser persistente Ser consciente
 Ser competente Saber correr riscos calculados
 Saber improvisar Ser líder
 Outras: _____

15- Quais são as principais posturas necessárias para se trabalhar no campo social?

- Ser inconformado com a injustiça e desigualdade social
- Ser apaixonado pelo que faz (campo social)
- Ser determinado Ser engajado
- Ser comprometido Ser ético
- Ser profissional Ser transparente
- Outras: _____

16- Quais são os requisitos necessários para começar um novo empreendimento social?

- Ter conhecimento Ter habilidade
- Ter experiência Buscar orientação de outras instituições
- Se preparar através de cursos e palestras
- Outros: _____